

COLEÇÃO A OBRA-PRIMA DE CADA AUTOR

CIÊNCIA E POLÍTICA: DUAS VOCAÇÕES

MAX WEBER

Tradução e prefácio:
Marco Antonio Casanova

PASTA: 14
COPIAS: 41
R\$: 6,15

MARTIN  CLARET

© Copyright desta tradução: Editora Martin Claret Ltda., 2015.
Título original: *Politik Als Beruf, Wissenschaft Als Beruf* (1919)

DIREÇÃO Martin Claret
PRODUÇÃO EDITORIAL Carolina Marani Lima
Mayara Zucheli
DIREÇÃO DE ARTE E CAPA José Duarte T. de Castro
DIAGRAMAÇÃO Giovana Gatti Leonardo
REVISÃO Raphael Vassão Nunes Rodrigues
IMPRESSÃO E ACABAMENTO Paulus Gráfica

Este livro segue o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Weber, Max, 1864-1920.

Ciência e política: duas vocações / Max Weber; tradução e notas:
Marco Antonio Casanova. — São Paulo: Martin Claret, 2015. —
(Coleção a obra-prima de cada autor; 80)

Título original: *Politik Als Beruf, Wissenschaft Als Beruf*.
ISBN 978-85-440-0100-4

1. Ciência 2. Ciência política 3. Políticos I. Título.

15-06817

CDD-320.01

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciência política: Filosofia 320.01

EDITORA MARTIN CLARET LTDA.
Rua Alegrete, 62 – Bairro Sumaré – CEP: 01254-010 – São Paulo, SP
Tel.: (11) 3672-8144 – Fax: (11) 3673-7146
www.martinclaret.com.br
1ª reimpressão – 2015

SUMÁRIO

Prefácio 7

CIÊNCIA E POLÍTICA: DUAS Vocações

Ciência como vocação (1919) 17
Política como vocação (1919) 61
Sobre o tradutor 141

incondicionada é eticamente algo bem diverso daquele desvio em relação ao puro dever da integridade intelectual, que entra em cena, quando não se experimenta por si mesmo a coragem de ter clareza em relação à própria tomada de posição derradeira, mas se atenua esse dever por meio de uma relativização covarde. E essa devoção também se encontra para mim em uma posição mais elevada do que aquela profecia de cátedra, profecia essa que não tem clareza quanto ao fato de que, no interior dos espaços do auditório universitário, não há nenhuma outra virtude para além justamente da integridade intelectual pura e simples. Ela, porém, nos permite constatar que hoje, para todos aqueles, que aguardam novos profetas e salvadores e que se encontram em grande número, a situação é a mesma que ressoa naquele belo canto do guarda noturno edomita, um canto que se encontra no Oráculo de Isaías e que provém do tempo do exílio: "Alguém clama por mim de Seir em Edom: guarda, quanto tempo ainda durará a noite? O guarda responde: vem chegando a manhã, mas ainda é noite. Se quereis perguntar, retornai uma vez mais".²³ O povo, para o qual se disse isso, perguntou e insistiu por muito mais do que dois mil anos, e nós conhecemos muito bem o seu destino impactante. Desse destino gostaríamos de retirar a lição de que nada é alcançado por meio do mero anseio e espera, e de que é preciso fazer algo diferente: seguir em nosso trabalho e fazer jus à "exigência do dia" — em termos humanos, tanto quanto em termos profissionais. Esse trabalho, porém, é direto e simples, basta que cada um encontre o seu demônio e obedeça a ele: ao demônio que sustenta as fibras de *sua* vida.

²³ Citação de Isaías 21, 11/12. (N. T.)

POLÍTICA COMO VOCAÇÃO (1919)

A conferência que, por desejo dos senhores, tenho que apresentar agora vos decepcionará em muitos aspectos. Em um discurso sobre política como vocação, os senhores devem esperar involuntariamente por uma tomada de posição em relação às questões atuais presentes na ordem do dia. Tal tomada de posição, porém, só acontecerá ao final da conferência, de uma maneira puramente formal em função de determinadas questões relativas ao significado da ação política no interior da condução conjunta da vida. Em contrapartida, na conferência de hoje, precisam permanecer completamente alijadas todas as questões que se relacionam com os seguintes temas: *que política deve ser empreendida*, que *conteúdos se precisam* atribuir à sua ação política. Pois essas questões não possuem nada em comum com a questão geral: o que é, e pode significar, a política enquanto vocação. — Dito isso, sigamos para a coisa mesma!

O que compreendemos por política? O conceito é extremamente amplo e abarca todo e qualquer tipo de atividade autonomamente *diretriz*. Fala-se da política cambial dos bancos, da política de desconto do banco imperial, da política de um sindicato em uma greve, pode-se falar de política escolar de uma comunidade municipal ou aldeã, da política da direção de uma associação junto à sua gestão, sim, por fim, da política de uma mulher inteligente que procura guiar seu marido. Um conceito a esse ponto amplo não se encontra naturalmente à base de nossas considerações na noite de hoje. Por política, compreendemos aqui apenas

a direção ou a influência exercida sobre a direção de uma associação política, portanto, hoje, de um *Estado*.

A partir do ponto de vista da consideração sociológica, porém, o que é, então, uma associação “política”? O que é um “Estado”? O Estado também não tem como ser sociologicamente definido a partir do conteúdo daquilo que ele faz. Não há por um lado quase nenhuma tarefa que uma associação política não tenha tomado em suas mãos aqui e acolá. Por outro lado, também não há nenhuma da qual se poderia dizer que durante todos os tempos, teria sido inteiramente própria àquelas associações que são designadas hoje como políticas, como Estados, ou que foram historicamente as antecessoras do Estado moderno — e *exclusivamente* a elas. Ao contrário, só se pode definir em última instância o Estado moderno sociologicamente a partir de um *meio* específico, que lhe é próprio, que é próprio a toda e qualquer associação política. “Todo Estado é fundado violentamente”, disse em seu tempo Trotsky em Brest-Litowsk. Isso é de fato correto. Se só existissem construtos sociais para os quais a violência enquanto meio seria desconhecida, então o conceito de “Estado” teria desaparecido, *então* teria entrado em cena o que se poderia designar no sentido particular da palavra como “anarquia”. Violência não é, por exemplo, naturalmente, o meio normal ou único do Estado — não se está dizendo nada quanto a isso. Ao contrário, o que estamos dizendo é que a violência lhe é específica. Precisamente hoje, a ligação do Estado com a violência é particularmente íntima. No passado, as mais diversas associações — começando pelo clã — conheceram a violência física como um meio completamente normal. Hoje, em contrapartida, precisaremos dizer: o Estado aponta para aquela comunidade humana, que requisita para si (com sucesso), no interior de uma determinada região — esse elemento, a “região”, pertence ao seu traço característico —, o *monopólio da violência física legítima*. Pois o específico do presente é o fato de só se atribuir a

todas as outras associações ou pessoas particulares o direito à violência, na medida em que o *Estado* as admite como estando do seu lado: ele é considerado como a fonte única do “direito” à violência. “Política”, portanto, significaria para nós aspiração à participação no poder ou a exercer influência sobre a distribuição do poder, seja entre Estados, seja no interior de um Estado, entre os diversos grupos humanos que o Estado abarca.

De fato, isso também corresponde no essencial à terminologia vigente. Quando se diz de uma questão que ela seria uma questão “política”, de um ministro ou de um funcionário público que ele seria um funcionário “político”, de uma resolução que ela seria uma resolução “politicamente” condicionada, então sempre se tem em vista com isso o seguinte: interesses ligados à distribuição do poder, à conservação do poder ou à transposição do poder são normativos para a resposta àquela questão ou condicionam essa resolução ou determinam a esfera de atividade do funcionário em questão. Quem faz política aspira ao poder, à gozar do poder ou bem como meio a serviço de outras metas — ideais ou egoístas — ou bem a gozar do poder “em virtude dele mesmo”, em virtude do sentimento de prestígio que ele fornece.

Exatamente como as associações políticas historicamente precedentes, o Estado implica uma *relação* de *dominação* de homens sobre homens apoiada sobre o recurso da violência legítima (ou seja, considerada como legítima). Para que ele exista, os homens dominados precisam se submeter, portanto, à autoridade requisitada por aqueles homens respectivamente dominantes. Quando e por que eles fazem isso? Com vistas a que fundamentos internos de justificação e com base em que meios externos esse domínio se sustenta?

Em princípio, há três fundamentos de justificação interna, ou seja, há três fundamentos da *legitimidade* de um domínio — para começar com eles. Em primeiro lugar, a

autoridade do “eterno ontem”, do costume santificado por meio de uma validade imemorial e de um posicionamento consonante com o hábito com vistas à sua manutenção. Domínio “patriarcal”, tal como o patriarca e o príncipe patrimonial de uma antiga cepa o exercitavam. Em segundo lugar, a autoridade do *dom* pessoal extraordinário, da *graça* (carisma), a entrega totalmente pessoal às revelações, ao heroísmo e a outras propriedades de liderança de um indivíduo particular: domínio “carismático”, tal como ele é exercido pelo profeta ou — no campo da política — pelo príncipe guerreiro eleito ou pelo imperador plebiscitário, pelo grande demagogo e líder partidário político. Por fim, temos o domínio graças à “legitimidade”, graças à crença na validade do *estatuto* legal e da “competência” material fundamentada pelas regras racionalmente criadas, ou seja, graças à crença na validade da disposição para a obediência no cumprimento de deveres instituídos: um domínio, tal como ele é exercido pelo moderno “funcionário do Estado” e por todos aqueles suportes do poder, que se assemelham a ele nesse aspecto. Compreende-se por si só que, na realidade, motivos extremamente sólidos ligados ao medo e à esperança — ao medo diante da vingança por parte de poderes mágicos ou por parte do detentor do poder, esperança de uma recompensa no além ou no aquém — e, além disso, interesses dos tipos os mais diversos, condicionam a docilidade. Quanto a isso não há dúvida. Todavia, quando perguntamos sobre os fundamentos da “legitimidade” dessa docilidade, então nos deparamos com esses três tipos “puros”. E essas representações de legitimidade e sua fundamentação interior possuem um significado extremamente importante para a estrutura da dominação. Como é natural, porém, os tipos puros só muito raramente são encontrados na realidade efetiva. Mas não podemos entrar aqui hoje nessas modulações, transições e combinações extremamente complicadas desses tipos puros: elas pertencem ao campo dos problemas

da “teoria geral do Estado”. O que nos interessa aqui é antes de tudo o segundo daqueles tipos: o domínio graças à devoção do que obedece ao “carisma” puramente pessoal do “líder”. Pois aqui se enraíza a *ideia da vocação* em sua cunhagem extrema. A devoção ao carisma do profeta, do líder na guerra ou do demagogo bem grande na Eclésia ou no Parlamento significa, sim, que ele é considerado pessoalmente como o líder interiormente “vocado” dos homens, que esses não se submetem a ele por força dos costumes ou dos estatutos, mas porque acreditam nele. Ele mesmo, em verdade, vive a sua questão, “aspira à sua obra”, se é que ele é realmente mais do que um arrivista estreito e vaidoso do instante. Vale para a sua pessoa e para as suas qualidades, porém, a devoção dos que o seguem: dos jovens, do séquito, de todos os partidários. Nas duas figuras mais importantes do passado, no mago e no profeta por um lado, e, por outro lado, no chefe militar eleito, nos líderes de bandos, nos *condottieri*, a liderança sempre entrou em cena em todas as áreas e em todas as épocas históricas. Peculiar para o Ocidente, porém, é aquilo que nos concerne mais proximamente: a liderança *política* sob a figura, em primeiro lugar, do “demagogo”, que surgiu sobre o solo da cidade-Estado própria apenas ao Ocidente, antes de tudo à cultura mediterrânea, e, em seguida, sobre o solo do “líder partidário” parlamentar, que também cresceu sobre a base do Estado constitucional do mesmo modo só autóctone no Ocidente.

Esses políticos por força da “vocação” no sentido mais próprio da palavra não são, então, porém, em parte alguma as únicas figuras normativas na engrenagem da luta política pelo poder. Extremamente decisivo é muito mais o tipo de meios auxiliares que se encontram à disposição deles. Como é que as forças politicamente dominantes começam a se afirmar em seu domínio? A questão vale para todo e qualquer tipo de dominação, ou seja, mesmo para a dominação política em todas as suas formas, para

a tradicional exatamente da mesma maneira que para a legal e a carismática.

Todo e qualquer funcionamento da dominação que prometa uma administração contínua precisa, por um lado, do posicionamento da ação humana com vistas à obediência em face daqueles senhores que pretendem ser os sustentáculos da violência legítima, e, por outro lado, por intermédio dessa obediência, da disponibilização daqueles bens materiais que são necessários eventualmente para a realização do emprego físico da violência: o estafe da administração pessoal e os meios materiais da administração.

O estafe administrativo, que representa externamente o empreendimento da dominação política, naturalmente não está, então, tal como acontece com qualquer outro empreendimento, atado apenas pela ideia de legitimidade à obediência em face daquele que detém o poder. Ao contrário, há dois outros meios de atar alguém a essa obediência, meios que apelam os dois para o interesse pessoal: reparação material e honra social. Feudo dos vassallos, prebendas dos funcionários patrimoniais, salário dos servos modernos do Estado, honra dos cavaleiros, privilégios estamentais, honra de funcionários públicos constituem a remuneração, enquanto o medo de perdê-los funciona como a última base decisiva para a solidariedade do estafe administrativo em relação àquele que detém o poder. Para o domínio da liderança carismática também é válido o seguinte: conceder honras de guerra e despojos para os guerreiros correligionários, os "spoils", ou seja, espoliação dos dominados por meio de um monopólio das repartições oficiais, lucros politicamente condicionados e prêmios honoríficos para o séquito demagógico.

Para a manutenção de todo e qualquer domínio violento carece-se de certos bens substanciais materialmente exteriores, exatamente como acontece junto a um empreendimento econômico. Todas as ordens públicas podem ser divididas segundo o seguinte critério: é preciso

saber se elas se baseiam no princípio de que aquele estafe de homens — funcionários públicos ou quem quer que eles possam ser —, com cuja obediência o detentor do poder precisa poder contar, se encontra de posse *ele mesmo* dos meios administrativos, quer esses meios sejam constituídos por dinheiro, edifícios, materiais de guerra, veículos, cavalos ou alguma outra coisa qualquer, ou se o estafe administrativo está, ao contrário, "separado" dos meios administrativos, no mesmo sentido com que hoje o empregado e o proletário se acham "cindidos" no interior do empreendimento capitalista dos meios de produção materiais. É preciso saber se, portanto, o detentor do poder tem a administração sob um *governo próprio* organizado por ele e por serviços pessoais ou se ele deixa que funcionários públicos empregados ou os seus favoritos pessoais e seus homens de confiança o façam, homens que não são eles mesmos proprietários, ou seja, que não possuem o direito próprio, os meios materiais de funcionamento, mas são dirigidos nesse caso pelo senhor; ou se o contrário é o caso. A diferença atravessa todas as organizações administrativas do passado.

Gostaríamos de denominar uma associação estruturada de maneira *estamental* uma "associação política", junto à qual os meios administrativos materiais se encontram completa ou parcialmente sob o poder próprio ao estafe administrativo dependente. Por exemplo: o vassalo na associação feudal custeava com o seu próprio bolso a administração e o cuidado jurídico da região que lhe era conferida, se equipava e se aprovisionava por si mesmo para a guerra; seus subvassallos faziam o mesmo. Isso tinha naturalmente consequências para a posição de poder do senhor, que só se baseava no laço de fidelidade pessoal tanto quanto no fato de que a posse do feudo e a honra social do vassalo derivavam sua legitimidade do senhor.

Por toda parte, porém, remontando até as formações políticas mais antigas, também encontramos o governo

próprio ao senhor. Esse governo se dá por meio daqueles que eram pessoalmente dependentes dele, escravos, funcionários domésticos, pessoal de serviço, os "prediletos" pessoais, assim como por meio das prebendas oferecidas por empréstimos oriundos de seus cofres através de representantes naturais e remunerados. É por meio daí que ele busca assumir em suas próprias mãos a administração, custeando-a com meios oriundos de seu próprio bolso, de rendimentos de seu patrimônio, e criando um exército puramente pessoal dele dependente, uma vez que equipado e aprovisionado a partir de seus depósitos, armazéns e arsenais. Enquanto na associação "estamental" o senhor impera com o auxílio de uma "aristocracia" autônoma, ou seja, enquanto ele divide aí o domínio com ela, o senhor se apoia aqui ou bem nos escravos domésticos, ou bem nos plebeus: pessoas desprovidas de posses, que estavam presas em termos materiais completamente a ele e que não tinham de maneira alguma um poder próprio concorrente sob os pés. Todas as formas de dominação patriarcal e patrimonial pertencem a esse tipo. Em particular a ordem burocrática do Estado, ou seja, a ordem que, em sua formação racional, também é característica precisamente do Estado moderno.

Por toda parte, o desenvolvimento do Estado moderno se tornou corrente por intermédio do fato de o príncipe ter aberto uma via e encaminhado a desapropriação dos portadores "privados" autônomos do poder administrativo que se encontravam ao seu lado: daqueles que eram eles mesmos proprietários de meios de administração e de guerra, de meios de empreendimento financeiro e de bens politicamente aplicáveis de todos os tipos. Todo o processo tem um paralelo pleno com o desenvolvimento do funcionamento capitalista por meio da desapropriação paulatina dos produtores autônomos. No final, vemos que no Estado moderno conflui para um único ápice a disponibilidade sobre os meios políticos conjuntos de funcionamento. Nenhum único funcionário é mais um

proprietário pessoal do dinheiro, que ele consome até o fim, ou dos edifícios, provisões, instrumentos e máquinas de guerra, dos quais ele dispõe. No "Estado" atual, portanto, e isso lhe é essencial em termos conceituais, a "separação" entre o estafe administrativo, os funcionários da administração e os trabalhadores da administração em relação aos meios materiais de seu empreendimento é levada a termo de modo completo. Aqui tem início, então, o mais moderno desenvolvimento de todos, e ele tenta, diante de nossos olhos, encaminhar a expropriação desse expropriador dos meios políticos e, com isso, do poder político. Foi isso que a revolução levou a termo, ao menos na medida em que, no lugar das autoridades estatutárias, surgiram líderes que se estabeleceram por meio da usurpação ou da escolha em meio à violência disponibilizadora do estafe político humano e do aparato de bens materiais, líderes esses que derivam sua legitimidade — sem levar em conta com que direito — da vontade dos dominados. Outra questão é saber se, com base nesse sucesso — ao menos aparente —, a revolução tem o direito de alimentar a esperança de também levar a termo a expropriação no interior dos empreendimentos econômicos capitalistas, cuja direção se orienta, apesar de amplas analogias, no seu ponto mais íntimo, por leis completamente diversas das leis que regulam a administração política. Hoje, não tomaremos uma posição em relação a isso. No que concerne à nossa consideração, eu apenas constato o puramente *conceitual*: que o Estado moderno é uma associação institucional de dominação que aspira a monopolizar com sucesso no interior de uma região a violência física legítima enquanto meio de domínio e que unifica, para esse fim, os meios de funcionamento materiais nas mãos de seus dirigentes, dispondo dos funcionários estamentais propriamente legitimados em seu conjunto e se colocando em seu ponto mais elevado no seu lugar.

No transcurso desse processo de desapropriação, então, que ocorreu em todos os países da terra com um sucesso

variado, vieram à tona as primeiras categorias de “políticos profissionais” em um *segundo* sentido: no sentido de pessoas que não queriam ser elas mesmas os senhores, tal como os líderes carismáticos, mas que se colocaram a *serviço* de senhores políticos. Elas se colocaram nessa luta a serviço dos príncipes e fizeram da ocupação com a sua política uma aquisição material de vida por um lado, e, por outro lado, um conteúdo ideal de vida. É *somente* no Ocidente que, uma vez mais, também encontramos *esse* tipo de políticos profissionais a serviço de outros poderes para além dos príncipes. No passado, eles eram o seu instrumento de poder e de expropriação política mais importante.

Antes de adentrarmos mais detidamente nesses tipos, é preciso ter uma clareza, em todos os aspectos inequívoca, quanto ao estado de coisas que a existência de tais “políticos profissionais” representa. Pode-se fazer “política” — ou seja, aspirar a influenciar a distribuição do poder entre e no interior da configuração política — tanto como político de “ocasião” quanto como um político semiprofissional ou profissional, exatamente como no caso da aquisição econômica. Políticos de “ocasião” somos todos nós, quando nos encaminhamos para o preenchimento de nossa cédula eleitoral ou quando levamos a termo uma expressão semelhante da nossa vontade: por exemplo, uma manifestação de apoio ou protesto em uma reunião “política”, a realização de um discurso “político” etc. — e, em muitos homens, toda a sua ligação com a política fica restrita a isso. Políticos “semiprofissionais” são hoje, por exemplo, todos aqueles homens de confiança e diretores de associações político-partidárias que só exercem essa atividade em casos de necessidade — tal como é de um modo ou de outro a regra — e não “constituem a sua vida” em *primeira* linha nem material, nem idealmente a partir daí. Do mesmo modo aqueles membros de conselhos estatais e de corporações de orientação semelhantes, que só entram em função por exigência. Da mesma

forma também, contudo, camadas bastante amplas de nossos parlamentares, que só fazem política em tempos de sessões. No passado, nós encontramos tais camadas nomeadamente entre os estamentos. “Estamentos”: é assim que devemos chamar os detentores propriamente legitimados de violências senhoris militares ou pessoais, violências essas voltadas para a administração de meios de empreendimento materiais importantes. Uma grande parte dos estamentos estava muito longe da ideia de colocar sua vida completamente ou mesmo apenas preferencialmente ou mais do que ocasionalmente a serviço da política. Eles usavam, ao contrário, o seu poder senhoril no interesse da obtenção de pensões ou mesmo diretamente de dividendos e só se tornavam ativos, ou seja, só trabalhavam a serviço da associação política, quando o senhor ou seus companheiros de classe o exigiam de maneira particular. As coisas também não são diferentes no que concerne a uma parte daquelas forças auxiliares que o príncipe aduzia na luta pela criação de um empreendimento político próprio, que deveria se encontrar apenas à sua disposição. Os “conselhos de casa” e, remontando a um tempo ainda mais antigo, uma parte considerável dos conselheiros que se reuniam na “cúria” e nas outras corporações de aconselhamento do príncipe tinham esse caráter. O príncipe, porém, não sabia naturalmente lidar com essas forças auxiliares, que não eram senão forças ocasionais ou semiprofissionais. Ele precisou buscar criar para si um estafe de forças auxiliares completa e exclusivamente devotadas ao seu serviço, ou seja, forças auxiliares *profissionais*. A estrutura do construto político dinástico emergente e não apenas ela, mas também toda a cunhagem da cultura em questão, dependia em uma parte muito essencial do lugar de onde ele retirava essas forças. Transpostas com ainda maior razão para o cerne da mesma necessidade estavam aquelas associações políticas que se constituíram a partir de um afastamento completo ou de uma ampla restrição do poder do príncipe,

associações tais como certos grupos comunitários (assim chamados) “livres” — “livres” não no sentido da liberdade de uma dominação violenta, mas no sentido da falta da violência principesca legítima graças à tradição (na maioria das vezes religiosamente consagrada) enquanto fonte exclusiva de toda autoridade. Historicamente, esses grupos têm os seus sítios de origem inteiramente no Ocidente, e seu germe foi a cidade como associação política. Foi na cidade que tal restrição entrou em cena pela primeira vez no círculo cultural mediterrâneo. Qual era a aparência, porém, em todos esses casos, dos políticos *profissionais*?

Há dois modos de fazer da política a sua profissão. Ou bem se vive “para” a política, ou bem se vive “da” política. A oposição não é de maneira alguma uma oposição exclusiva. De maneira completamente normal, ao contrário, ao menos em termos ideais, mas na maioria das vezes também em termos materiais, se fazem as duas coisas: quem vive “para” a política constrói, no sentido *interior*, “a sua vida a partir daí” — ele goza da posse nua e crua do poder que ele exerce ou alimenta o seu equilíbrio interior e seu orgulho próprio a partir da consciência de emprestar à sua vida, por meio do serviço a uma “coisa”, um *sentido*. Nesse aspecto interior, todo homem sério, que vive por uma coisa também vive com certeza dessa coisa. A distinção refere-se, portanto, a um aspecto muito mais sólido do estado de coisas em questão: o aspecto econômico. Vive “da” política enquanto profissão quem aspira a fazer da política uma fonte duradoura de *receitas*; “para” a política, por outro lado, aquele para o qual esse não é o caso. Para que alguém possa viver nesse sentido econômico “para” a política, alguns pressupostos muito triviais, se os senhores quiserem, precisam estar presentes sob o domínio da ordem da propriedade privada: ele precisa ser independente — em condições normais — economicamente das receitas que a política lhe pode trazer. Ou seja, dito de maneira completamente simples: ele

precisa ser abastado ou se encontrar em uma posição de vida privada que lhe renda receitas suficientes. É assim que se encontram as coisas ao menos em condições normais. Em verdade, o séquito do chefe militar, assim como o séquito do herói revolucionário das ruas, não pergunta sobre as condições da economia normal. Os dois vivem de espólios, roubos, confiscos, contribuições e da imposição de meios obrigatórios de pagamento sem valor — o que, segundo a essência, é tudo a mesma coisa. Mas esses são fenômenos necessariamente extracotidianos: na economia cotidiana, só uma fortuna própria é capaz de prestar esse serviço. Isso apenas, porém, não é suficiente: ele precisa estar, além disso, economicamente “disponível”, ou seja, suas receitas não podem depender de que ele coloque constantemente, de maneira pessoal, a sua força de trabalho e seu pensamento completamente, ou, de qualquer modo, de maneira amplamente preponderante, a serviço de sua aquisição. Disponível nesse sentido está, então, o mais incondicionadamente possível: o pensionista, ou seja, aquele que tem uma receita completamente independente do fato de ele não precisar trabalhar, esteja essa receita referida, tal como acontecia com os senhorios do passado, com os grandes proprietários de raiz e com os aristocratas do presente, a pensões inalienáveis — na Antiguidade e na Idade Média também a pensões ligadas a escravos ou aos servos — ou a fontes oriundas de títulos de valor ou a fontes modernas semelhantes de pensões. Nem o trabalhador, nem — o que precisa ser considerado com bastante atenção — o empresário — mesmo e *precisamente* o grande empresário moderno — está disponível nesse sentido. Pois mesmo e *precisamente* o empresário — o industrial muito mais do que, tendo em vista o caráter sazonal da economia agrária, o empresário da economia rural — está ligado à sua empresa e *não* se acha, portanto, disponível. Para ele, é na maioria das vezes muito difícil deixar que alguém o represente mesmo que apenas

temporariamente. O mesmo vale para o médico, por exemplo. E quanto mais excepcional e ocupado ele é, menos ele está disponível. Já se encontra mais facilmente disponível, por razões puramente técnico-empresariais, o advogado — que, por isso, também desempenhou um papel incomparavelmente maior, com frequência francamente dominante. Não pretendemos continuar perseguindo essa casuística mais amplamente, mas deixemos claras para nós algumas consequências.

A direção de um Estado ou de um partido por pessoas, que (no sentido econômico do termo) vivem exclusivamente para a política e não da política, implica necessariamente um recrutamento “plutocrático” das camadas de liderança política. Com isto, não se está naturalmente dizendo o contrário: que tal direção plutocrática também significaria ao mesmo tempo que a camada politicamente dominante não aspiraria também a viver “da” política, ou seja, também não costumaria aproveitar seu domínio político em favor de seus interesses econômicos privados. Não se está naturalmente falando algo assim. Nunca houve nenhuma camada social que não tivesse feito isso de algum modo. A única coisa que isso significa é que os políticos profissionais não estão imediatamente obrigados a buscar uma remuneração *por* sua realização política, tal como todo e qualquer indivíduo desprovido de meios precisa fazer. E, por outro lado, isso não significa, por exemplo, que políticos não abastados teriam em vista simplesmente ou mesmo apenas preferencialmente o seu abastecimento econômico privado por meio da política, que eles não pensariam ou de qualquer forma não pensariam preferencialmente “na coisa mesma”. Nada seria mais incorreto. De acordo com o que nos mostra a experiência, a preocupação com a “seguridade” econômica de sua existência é, para o homem abastado, consciente ou inconscientemente, um ponto cardinal de toda a sua orientação vital. O idealismo político completamente intransigente e desprovido de pressupostos

encontra-se presente, se não exclusivamente, de qualquer modo ao menos precisamente junto às camadas que se acham, em consequência de seu caráter não abastado, completamente fora da conservação da ordem econômica de uma determinada sociedade — isso vale sobretudo em épocas extraordinárias, ou seja, revolucionárias. Mas isso não significa senão o seguinte: que um recrutamento não plutocrático dos interesses políticos, da liderança e de seu séquito está ligado ao pressuposto autoevidente de que confluem para esses interessados receitas regulares e confiáveis a partir do funcionamento da política. A política pode ser conduzida de maneira “honorária” e, então, por pessoas independentes, como se costuma dizer, ou seja, por pessoas abastadas, pensionistas antes de tudo. Ou, porém, sua condução se torna acessível para pessoas não abastadas, e, assim, elas precisam ser remuneradas. O político profissional, que vive *de* política, pode ser um puro “concessor de prebendas” ou um “funcionário público” assalariado. Ou ele alcança nesse caso receitas a partir de taxas e prerrogativas por determinadas realizações — gorjetas e somas relativas à corrupção são apenas uma variante desregrada e formalmente ilegal dessa categoria de entradas —, ou ele recebe um salário em produtos, ou um salário em dinheiro, ou as duas coisas ao mesmo tempo. Ele pode assumir o caráter de um “empreendedor”, tal como o *condottiere* ou o fiscal rural oficial, que vê suas despesas como uma aplicação de capital da qual ele acaba retirando um lucro por meio da utilização de sua influência. Ou ele pode receber um salário fixo, como um redator, um secretário de partido, um ministro moderno ou um funcionário político. No passado, feudos, doações do solo e prebendas de todas as espécies eram a forma típica de remuneração de príncipes, conquistadores vitoriosos ou chefes de partidos exitosos em relação ao seu séquito. Com o desenvolvimento da economia monetária, no entanto, surgiram em particular as prebendas ligadas a

prerrogativas. Hoje, a remuneração acontece por meio da concessão de cargos oficiais de todos os tipos em partidos, jornais, cooperativas, seguros de saúde, comunidades e Estados, concessão essa feita pelos líderes dos partidos por um serviço leal. *Todas* as lutas partidárias são não apenas lutas por metas materiais, mas antes de tudo também por patronagem nos órgãos públicos. Todas as lutas entre aspirações particularistas e centralistas na Alemanha giram antes de tudo também em torno da seguinte questão: que forças violentas, quer se trate dos homens de Berlim, de Munique, de Karlsruhe ou de Dresden, esses homens detêm em suas mãos para alcançar a patronagem dos órgãos públicos? Ser preterido na participação nos órgãos é algo que é sempre pesadamente sentido pelos partidos como uma violação de suas metas substanciais. Um afastamento de um prefeito por razões político-partidárias sempre foi considerado na França como uma reviravolta maior e causava mais barulho do que uma modificação do programa de governo, que quase não tinha senão um significado puramente fraseológico. Alguns partidos, assim nomeadamente os partidos na América, desde o desaparecimento das antigas oposições quanto à interpretação da constituição, passaram a se mostrar apenas como partidos da caça a cargos, que alteram substancialmente o seu programa sempre segundo as chances do recebimento dos votos. Na Espanha, até poucos anos atrás, sob a forma das “eleições” fabricadas de cima para baixo, os dois grandes partidos se alternam em turnos convencionalmente fixos, a fim de proverem seu séquito nos órgãos públicos. Nas regiões coloniais espanholas, o que está em questão tanto nas assim chamadas “eleições” quanto na assim chamada “revolução” não é nunca outra coisa senão a manjedoura estatal, na qual os vencedores são alimentados. Na Suíça, os partidos dividem pela via proporcional os órgãos pacificamente entre si e alguns de nossos projetos constitucionais “revolucionários”, tais

como, por exemplo, o primeiro projeto apresentado para Baden, gostariam de estender esse sistema para as posições ministeriais, tratando, com isso, o Estado e os seus órgãos como uma pura instituição de abastecimento de prebendas. Foi antes de tudo o partido central que se entusiasmou com esse sistema, transformando até mesmo em um ponto de campanha em Baden a distribuição proporcional dos órgãos segundo confissões, ou seja, sem levar em consideração o desempenho. Com um número crescente de órgãos em consequência da burocratização geral e da cobiça cada vez maior por eles como uma forma de abastecimento especificamente *assegurada*, essa tendência se intensificou para todos os partidos e se tornou para o seu séquito cada vez mais um meio para a finalidade de ser abastecido desse modo.

Em face disso se encontra agora, porém, o desenvolvimento do funcionalismo moderno e a sua transformação em um operariado espiritual extremamente qualificado, especializadamente instruído por meio de uma formação prévia de longa duração, com uma *honra* estamental extremamente desenvolvida no interesse da integridade, honra essa sem a qual pairaria sobre nós o perigo de uma corrupção terrível e de um elogio vulgar da ignorância e mesmo a ameaça de um desempenho puramente técnico do aparato do Estado, cujo significado para a economia, sobretudo com a socialização crescente, cresceu constantemente e ainda continuará crescendo. A administração diletante, levada a termo por políticos de rapina, uma administração que nos Estados Unidos fez com que centenas de milhares de funcionários públicos, descendo até os mensageiros, precisasse sempre mudar de acordo com a realização da eleição presidencial, e que não conhecia o funcionalismo profissional, foi há muito tempo esvaziada pela *Civil Service Reform*. Na Europa, o funcionalismo especializado marcado pela divisão do trabalho surgiu paulatinamente em um desenvolvimento

que durou quinhentos anos. As cidades italianas e os senhorios deram o pontapé inicial; nas monarquias, isso aconteceu de início com os Estados dos conquistadores normandos. No caso das *finanças* dos príncipes aconteceu o passo decisivo. Junto às reformas administrativas do Imperador Max é possível ver o quanto foi difícil para os funcionários públicos, mesmo sob a pressão da mais extrema necessidade e do domínio dos turcos, nessa área que era de todas a que menos se coadunava com o diletantismo de um governante, que ainda era naquela época antes de tudo um cavaleiro, depor o príncipe. O desenvolvimento da técnica de guerra condicionou o oficial especializado, enquanto o refinamento do curso jurídico condicionou o jurista formado. Nos Estados mais desenvolvidos, o funcionalismo especializado venceu nessas três áreas definitivamente no século XVI. Com isso, ao mesmo tempo em que se deu a ascensão do absolutismo do príncipe em face dos estamentos, introduziu-se a renúncia de seu autodomínio e a transferência desse domínio para os funcionários especializados, por meio dos quais se tornou pela primeira vez possível para ele aquela vitória sobre os estamentos.

Ao mesmo tempo em que ocorreu a ascensão do *funcionalismo* especializado, realizou-se também — ainda que em transições em muito que não tinham como ser notadas — o desenvolvimento dos “políticos dirigentes”. Desde sempre e em todo o mundo houve, obviamente, tais conselheiros de fato normativos dos príncipes. No Oriente, a necessidade de desonerar o máximo possível o sultão da responsabilidade pessoal pelo sucesso do governo criou a figura típica do grão-vizir. No Ocidente, a diplomacia, antes de tudo sob a influência dos relatórios das delegações venezianas lidos com um afã apaixonado na era de Carlos V — no tempo de Maquiavel —, foi de início uma arte *conscientemente* cultivada, cujos adeptos formados na maioria das vezes de modo humanista se tratavam mutuamente como uma

camada instruída de iniciados, de maneira semelhante aos homens públicos chineses humanistas da última era dos Estados independentes. A necessidade de uma direção formalmente uniforme do *conjunto* da política, incluindo aí a necessidade interior, surgiu definitivamente por meio de um político líder, mas só se tornou obrigatória por meio do desenvolvimento constitucional. Até então tinham se estabelecido sempre uma vez mais como óbvias, em verdade, tais personalidades particulares como conselheiros ou, ao contrário, segundo a coisa mesma, como guias dos príncipes. Mas a organização dos serviços públicos percorreria de início, mesmo nos Estados que mais haviam progredido, outros caminhos. Tinham surgido *colegiados* de repartições públicas administrativas maximamente elevadas. Segundo a teoria e, em uma medida gradualmente decrescente, segundo o estado de fato, esses colegiados deliberavam sob a presidência do príncipe pessoalmente, que tomava ele mesmo a decisão. Por meio desse sistema colegial, que conduzia a pareceres, contrapareceres e votos motivados tanto da maioria quanto da minoria, e, além disso, por meio do fato de que esse sistema, ao lado das repartições públicas oficiais mais elevadas, era cercado por indivíduos de confiança puramente pessoal — o “gabinete” — e exprimia através deles suas decisões com vistas às resoluções do conselho de Estado — ou como quer que se chamassem as repartições públicas estatais mais elevadas —, o príncipe, que vinha recaído cada vez mais na posição de um diletante, buscava se subtrair ao peso inevitavelmente crescente da instrução especializada dos funcionários e manter em suas mãos a direção suprema: essa luta latente entre o funcionalismo especializado e autocontrole existia por toda parte. Foi somente em face dos parlamentos e das aspirações de poder de seus líderes partidários que se alterou essa situação. Condições sedimentadas de uma maneira muito diversa conduziram, porém, ao mesmo resultado em termos exteriores.

Naturalmente, com certas diferenças. Onde quer que as dinastias tenham mantido em suas mãos o poder real — como aconteceu nomeadamente na Alemanha —, os interesses do príncipe se ligaram solidariamente com os interesses do funcionalismo *contra* o parlamento e suas pretensões de poder. Os funcionários tinham o interesse em que mesmo as posições dirigentes, ou seja, os postos ministeriais, fossem ocupadas por pessoas oriundas de suas fileiras, ou seja, fossem objeto do avanço dos funcionários. O monarca, por sua vez, tinha o interesse em que os ministros também pudessem fazer as nomeações segundo a sua avaliação com pessoas saídas das fileiras dos funcionários que lhe eram dedicados. As duas partes, contudo, estavam interessadas em que a direção política se contrapusesse ao parlamento de maneira uniforme e coesa, isto é: o sistema de colegiado foi substituído por um chefe de gabinete único. O monarca necessitava, além disso, já para se manter dispensado de maneira puramente formal da luta partidária e dos ataques dos partidos, de uma personalidade responsável por protegê-lo, ou seja, de alguém que falasse no parlamento e se contrapusesse a ele, — alguém que negociasse com os partidos. Todos esses interesses atuavam aqui conjuntamente na mesma direção: surgiu, então, um ministro dos funcionários, o qual conduzia as coisas de maneira uniforme. O desenvolvimento do poder do parlamento atuou ainda mais intensamente na direção da uniformização, lá onde o parlamento — tal como na Inglaterra — conquistou a supremacia em face dos monarcas. Aqui desenvolveu-se o “gabinete” juntamente com o líder uno do parlamento, com o *leader* no topo, como uma exclusão do poder ignorado pelas leis oficiais, mas que se mostrava de fato como sendo o único poder politicamente decisivo: o poder do *partido* que se encontrava a cada vez de posse da maioria. As corporações colegiais oficiais não eram justamente enquanto tais nenhum órgão de poder efetivamente dominante, ou seja, do partido, e não

podiam, portanto, se mostrar como suportes do governo real e efetivo. Um partido dominante necessitava muito mais, para afirmar em seu interior a violência e para poder empreender externamente uma grande política, de um órgão de grande força combativa, composto a partir de seus homens efetivamente de liderança, que negociavam de maneira confiável: justamente de um gabinete; em face da esfera pública, porém, antes de tudo em face da esfera pública parlamentar, ele necessitava de um líder responsável por todas as resoluções: do chefe do gabinete. Esse sistema inglês, então, sob a forma dos ministérios parlamentares, foi absorvido no continente europeu, e só na América e nas democracias influenciadas a partir dela é que se lhe contrapôs um sistema totalmentê heterogêneo, que colocava o líder escolhido do partido vencedor por meio de uma eleição popular direta no topo do aparelho funcional por ele designado e que só o vinculava em questões orçamentárias e legislativas à concordância do parlamento.

O desenvolvimento da política e a sua transformação em um “sistema de funcionamento”, que exigia uma escolaridade na luta pelo poder e em seus métodos, tal como essa escolaridade foi desenvolvida pelo moderno sistema partidário, condicionou, então, a divisão dos funcionários públicos em duas categorias — não de maneira por demais rígida, mas, de qualquer modo, distintamente separadas: por um lado, os funcionários especializados, e, por outro lado, os “funcionários políticos”. Os funcionários “políticos” no sentido mais propriamente dito do termo podem ser externamente reconhecidos porque eles podem ser a qualquer momento arbitrariamente transferidos ou demitidos ou mesmo “colocados à disposição”, tal como os prefeitos franceses e os funcionários do mesmo tipo de outros países, no mais agudo contraste em relação à “independência” dos funcionários com uma função cavalheiresca. Na Inglaterra, pertencem a essa categoria os funcionários que, segundo uma firme convenção, em meio

a uma mudança da maioria do parlamento e, portanto, do gabinete, abandonam as suas repartições oficiais. Em particular, costumam ser computados entre esses funcionários aqueles cuja competência abrange a realização da "administração interna" em geral; e o componente "político" é aí antes de tudo a tarefa da conservação da "ordem" no país, ou seja, a conservação das condições de dominação existentes. Na Prússia, esses funcionários, segundo o decreto de Puttkamer, tendo em vista a necessidade de evitar a punição disciplinar, tinham o dever de "defender a política do governo" e, tal como os prefeitos no caso da França, eles são usados como aparelho oficial para influenciar as eleições. A maioria dos funcionários "políticos" compartilhava, em verdade, de acordo com o sistema alemão em oposição a outros países, a qualidade de todos os outros, na medida em que a conquista até mesmo dessas repartições estava ligada a um estudo acadêmico, a provas especiais e a um serviço determinado por preparação. Na Alemanha, é só ao chefe do aparato político, ao ministro, que falta essa característica específica do funcionalismo especializado moderno. Mesmo no antigo regime, o ministro da educação prussiano poderia ser alguém que jamais tivesse frequentado uma instituição de ensino superior, enquanto só se podia por princípio ser um conselheiro experto com base em provas previamente escritas. O chefe de seção com uma instrução especializada e o conselheiro experto eram obviamente — por exemplo, sob o comando de Althoff no ministério da educação prussiano — infinitamente mais bem informados sobre problemas técnicos propriamente ditos de sua especialidade do que o seu chefe. Na Inglaterra, as coisas não eram diferentes. Por isto, ele também era o homem mais poderoso para todas as necessidades cotidianas. Isso também não era nada de absurdo em si. O ministro era justamente o representante da constelação *política* de poder, tinha de representar seus critérios políticos e se apoiar

nas sugestões dadas por seus funcionários especializados subordinados ou dar a eles diretrizes correspondentes de um tipo político.

As coisas se mostram de maneira completamente semelhante em uma empresa de economia privada: o "soberano" propriamente dito, a assembleia de acionistas, é, no que concerne à condução empresarial, tão desprovido de influência quanto um "povo" governado por funcionários especializados, e as personalidades determinantes para a política da empresa, o "conselho fiscal" dominado pelos bancos, só dão as diretrizes econômicas e selecionam as personalidades para a administração, sem estarem elas mesmas em condições de dirigir tecnicamente a empresa. Nesse sentido, não significa a princípio nenhuma inovação que a estrutura atual do Estado revolucionário coloque o poder sobre a administração na mão de completos diletantes pelo simples fato de eles disporem de armas de fogo e não busque utilizar senão funcionários dotados de uma instrução especializada nas funções de liderança. As dificuldades desse sistema atual residem em outro lugar, mas isso não nos deve ocupar aqui hoje.

Nós perguntamos inversamente agora sobre a peculiaridade dos políticos profissionais, tanto dos líderes quanto de seu séquito. Essa peculiaridade se alterou e também é hoje muito diversa.

"Políticos profissionais" se desenvolveram no passado, tal como vimos, na luta dos príncipes com os estamentos; e eles se desenvolveram nessa luta a serviço dos príncipes. Consideremos de maneira breve os seus tipos principais.

Contra os estamentos o príncipe se apoiava em camadas politicamente úteis, dotadas de um caráter não estamental. Entre eles na primeira camada estavam na parte frontal e na parte de trás da Índia, na China e no Japão budistas, na Mongólia lamaísta, exatamente como nas regiões cristãs da Idade Média, antes de tudo, os clérigos. Tecnicamente porque eles dominavam a escrita. Por toda parte, a importação

de brâmanes, sacerdotes budistas, lamas, assim como o emprego de bispos e de padres como conselheiros políticos aconteceu sob o ponto de vista da possibilidade de receber forças administrativas com conhecimento da escrita, que podiam ser utilizados na luta do imperador ou do príncipe contra a aristocracia. O clérigo, sobretudo o clérigo celibatário, se encontrava fora da engrenagem dos interesses políticos normais e não caía na tentação de almejar para os seus descendentes algum poder político em face de seu senhor, tal como fazia o senhor feudal. Ele se “distinguia” dos meios de funcionamento da administração do príncipe por meio de suas qualidades estamentais próprias.

Uma segunda camada desse gênero era composta pelos literatos com formação humanista. Houve um tempo em que se aprendia a fazer discursos em latim e versos em grego, com a finalidade de se tornar conselheiro político e, antes de todas as coisas, escritor de memoriais políticos de um príncipe. Esse foi o tempo do primeiro florescimento das escolas humanistas e das fundações principescas das cátedras de “poética”: no nosso caso, uma época que rapidamente passou, mas que, contudo, exerceu um efeito duradouro sobre o nosso sistema escolar, apesar de não ter tido politicamente nenhuma consequência mais profunda. Diferentemente do que aconteceu no Leste da Ásia. O mandarim chinês é ou, ao contrário, era originariamente, de maneira aproximada, aquilo que era o humanista de nossa época renascentista: um literato instruído e comprovado nos monumentos linguísticos do passado distante. Se os senhores tiverem a oportunidade de ler os diários de Li-Hung-Tschang, deparar-se-ão aí com o fato de que ele está na maioria das vezes orgulhoso de escrever poemas e de ser um bom calígrafo. Essa camada com as suas convenções desenvolvidas na Antiguidade chinesa determinou todo o destino da China; e nosso destino talvez tivesse sido semelhante, se os humanistas em seu

tempo tivessem tido a mais parca chance de se imporem com o mesmo sucesso.

A terceira camada aponta para a nobreza da corte. Depois que os príncipes conseguiram desapropriar a nobreza de seu poder político estamental, eles colocaram esse poder na corte e o empregaram no serviço político e diplomático. A reviravolta de nosso sistema educacional no século XVII foi condicionada concomitantemente pelo fato de que no lugar dos literatos humanistas entraram os nobres políticos profissionais da corte a serviço dos príncipes.

A quarta camada foi uma construção tipicamente inglesa: um patriciado que abrangia a pequena nobreza e os pensionistas municipais, denominados tecnicamente *gentry*: uma camada que foi aduzida originariamente pelo príncipe contra os barões e que se apossou das repartições oficiais do *self-government* de tal modo que, mais tarde, o próprio príncipe acabou se tornando cada vez mais dependente dela. Ela se manteve de posse de todas as repartições da administração local, na medida em que assumiu essa administração sem cobrar nada, apenas no interesse de seu próprio poder social. Ela salvaguardou a Inglaterra da burocratização, que era o destino do conjunto dos Estados continentais.

Uma quinta camada teve um significado peculiar para o Ocidente, sobretudo para o continente europeu, e teve ao mesmo tempo um significado determinante para toda a sua estrutura política: a camada dos juristas formados nas universidades. O efeito violento do direito romano, tal como ele tinha sido reconfigurado pelo Estado burocrático do Império Romano em sua fase final, não veio em lugar algum à tona mais claramente do que junto ao fato de a revolução do funcionamento político no sentido do desenvolvimento em direção ao Estado nacional ter sido sustentada pelos juristas instruídos. E isso também na Inglaterra, apesar de lá as corporações dos grandes juristas nacionais terem impedido a recepção do direito romano. Não se encontra

em nenhuma região da terra qualquer analogia em relação a isso. Todos os princípios do pensamento jurista racional na escola Mimamsa indiana, assim como todos os cuidados ulteriores do antigo pensamento jurista no Islã, não puderam impedir que as formas de pensamento teológicas sufocassem o pensamento jurídico racional. Antes de tudo, o procedimento processual não foi completamente racionalizado. Essa racionalização só foi levada a cabo por meio da assunção da jurisprudência romana antiga por parte dos juristas italianos, assunção essa que se valeu do produto de um construto político emergente a partir da Cidade-Estado e alçado ao âmbito de uma dominação mundial dotada de um caráter completamente único. Do mesmo modo, também contribuíram para tanto o *usus modernus* dos pandectistas e dos canonistas da Idade Média tardia, assim como as teorias do direito natural que nasceram a partir do pensamento jurídico e cristão e que foram mais tarde secularizadas. No potentado italiano, nos juristas imperiais franceses, que criaram os meios formais para que se minasse o domínio dos *seigneurs* por intermédio do poder do rei, nos canonistas e nos teólogos que pensavam em termos de direito natural do conciliarismo, nos juristas da corte e nos juízes eruditos dos príncipes continentais, nas doutrinas holandesas dos direitos naturais, na *noblesse de robe* dos parlamentos franceses e, finalmente, nos advogados do tempo da revolução, esse racionalismo jurídico teve seus grandes representantes. Sem ele, o surgimento do Estado absoluto é tão pouco pensável quanto a revolução. Se os senhores considerarem inteiramente réplicas do parlamento francês ou os *cabiers* dos estados gerais desde o século XVI até o ano de 1789, os senhores encontrarão por toda parte o seguinte: um espírito de jurista. E se os senhores procurarem os padrões de vinculação profissional dos membros da convenção francesa, os senhores só encontrarão aí — apesar de ele ter sido eleito segundo o mesmo direito eleitoral — um

único proletário, muito poucos empreendedores burgueses, e, em contrapartida, uma gama maciça de juristas de todo tipo, sem a qual o espírito específico que animava esses intelectuais radicais e seus projetos seria completamente impensável. O advogado moderno e a democracia moderna se compertencem desde então pura e simplesmente — e advogados em nosso sentido, enquanto um estrato autônomo, só existem, por sua vez, no Ocidente, desde a Idade Média, onde eles se desenvolveram a partir do “porta-voz” do procedimento processual germânico formalista sob a influência da racionalização do processo.

O significado dos advogados na política ocidental desde o surgimento dos partidos não é nada casual. O funcionamento político-partidário significa justamente funcionamento realizado pelos interessados — nós logo veremos o que isso quer dizer. E levar a termo uma coisa para interessados de maneira plenamente efetiva é obra do advogado instruído. Ele é — foi isso que pôde nos ensinar a superioridade da propaganda inimiga — superior a todo e qualquer “funcionário”. Com certeza, ele pode conduzir uma causa apoiada por argumentos logicamente fracos, e, nesse sentido, ruins, e, apesar disso, agir de maneira exitosa, ou seja, tecnicamente “boa”. Mas também só ele conduz uma causa apoiada por argumentos logicamente “fortes”, e, nesse sentido, “bons”, de maneira exitosa, ou seja, nesse sentido, “bem”. Por meio de uma condução tecnicamente “ruim”, o funcionário enquanto político transforma de maneira por demais frequente uma coisa naquele sentido “boa” em uma coisa “ruim” — foi isso que precisamos vivenciar. Pois a política atual vem sendo conduzida em uma medida excepcional na esfera pública com os meios da palavra falada ou escrita. Pesar o seu efeito é algo que se encontra no círculo das tarefas mais propriamente ditas do advogado, mas de maneira alguma do funcionário especializado, que não é nenhum demagogo, e, segundo a sua finalidade, também não deve ser; e se ele procura de

qualquer modo se tornar, então, um demagogo, ele costuma se tornar um demagogo muito ruim.

O autêntico funcionário — isso é decisivo para o julgamento de nosso regime anterior — não deve, segundo a sua vocação propriamente dita, fazer política, mas sim administrar de maneira *apartidária* antes de tudo — e isso é válido mesmo para os assim chamados funcionários “políticos” de administração, oficialmente ao menos, até o ponto em que não são as “razões de Estado”, isto é, os interesses vitais da ordem dominante, que se encontram em questão. *Sine ira et studio*, “sem ira e sem presunção”, o funcionário público deve cumprir o seu dever. Portanto, ele não deve fazer justamente aquilo que o político, o líder tanto quanto o seu séquito, sempre e necessariamente precisam fazer: *lutar*. Pois a tomada de partido, a luta, a paixão — *ira et studium* — são os elementos do político. E, antes de tudo: do líder político. Seu agir se acha sob o domínio de um princípio totalmente diverso, precisamente oposto, de *responsabilidade*, se o compararmos com o princípio que rege a responsabilidade do funcionário público. A honra do funcionário público aponta para a capacidade de, mesmo quando — apesar de suas representações — as autoridades que lhe são superiores insistem em uma ordem que lhe parece falsa, cumprir essa ordem de maneira tão consciente quanto exata sob a responsabilidade daquele que comanda, como se ela correspondesse à sua própria convicção: sem essa disciplina e autodenegação éticas no sentido mais elevado do termo, todo o aparato se decomporia. A honra do líder político, ou seja, do homem de Estado capaz de liderança, é, em contrapartida, precisamente a responsabilidade *própria* exclusiva por aquilo que ele faz, responsabilidade essa que ele não pode, nem tem o direito de recusar e da qual ele também não pode nem tem o direito de se desonerar. Precisamente a natureza ética dos funcionários que se encontram em uma posição elevada é, então, ruim; e isso tendo em vista antes de tudo o conceito

político do termo. Nesse sentido, eles tendem a se mostrar como políticos que se encontram em uma dimensão ética bem baixa — políticos tais como, infelizmente, nós sempre tivemos uma vez mais em posições diretrizes: é isso que chamamos “domínio dos funcionários”; e não recai verdadeiramente nenhuma mácula sobre a honra de nossos funcionários quando evidenciamos o elemento equivocados desse sistema, ou quando ele é avaliado a partir do ponto de vista do sucesso. Mas retornemos por agora aos tipos das figuras políticas.

O “demagogo” é, desde o Estado constitucional e desde a democracia, o tipo do político líder no Ocidente. O travo desagradável da palavra não pode nos fazer esquecer que não foi Cleonte, mas Péricles o primeiro a ter portado esse nome. Sem nenhuma posição oficial ou com uma única posição oficial eleitoral — em contraste com as posições oficiais ocupadas aleatoriamente da democracia antiga —, a posição de estrategista supremo, ele dirigiu a Eclésia soberana do Demos de Atenas. A demagogia moderna também se serve, em verdade, do discurso: em uma abrangência quantitativamente descomunal; e isso até mesmo quando se leva em consideração os discursos eleitorais, que um candidato moderno tem de fazer. Mas ainda mais insistentemente, porém, ela se serve da palavra impressa. O publicitário político e, antes de tudo, o *jornalista*: esses são hoje os representantes mais importantes do gênero.

Ainda que quiséssemos apenas esboçar aqui a sociologia da moderna jornalística política, no quadro da presente conferência isso seria completamente impossível. Algo assim exigiria em todos os aspectos um capítulo por si. Somente umas poucas coisas pertencem incondicionadamente ao nosso contexto. O jornalista compartilha com todos os demagogos e, aliás, ao menos no continente europeu, em oposição às condições inglesas e certamente também em oposição às condições prussianas, também com os

advogados, o destino de prescindir da classificação social fixa. Ele pertence a uma espécie de casta de párias, que é constantemente avaliada em termos sociais na “sociedade” segundo os seus representantes que se encontram em uma posição muito baixa em termos éticos. As mais estranhas representações sobre os jornalistas e seu trabalho são, por isso, correntes. Nem todo mundo tem presente para si o fato de que uma realização jornalística efetivamente *boa* exige no mínimo tanto “espírito” quanto qualquer realização de eruditos — antes de tudo em consequência da necessidade de, imediatamente, em resposta a uma voz de comando, produzir algo: em consequência do fato de ele dever imediatamente produzir um *efeito*, naturalmente em meio a condições completamente diversas de criação. Quase nunca se dá muito valor ao fato de que a responsabilidade é aqui muito maior e de que mesmo o *sentimento* de responsabilidade de todo jornalista honrado não é na média em nada mais baixo do que o sentimento de responsabilidade do erudito — mas mais elevado, tal como a guerra mostrou; e quase nunca se dá valor a isso porque as realizações jornalísticas irresponsáveis, por causa com frequência de seu efeito terrível, permanecem presas em nossa memória. Ninguém acredita, por fim, que a discrição dos jornalistas de algum modo hábeis se acha em média em uma posição mais elevada do que a de outras pessoas. E, contudo, esse é o caso. As tentações incomparavelmente maiores, que essa profissão traz consigo, assim como as demais condições da atuação jornalística no presente geram aquelas consequências que habituaram o público a considerar a imprensa com um misto de desprezo e covardia queixosa. Não podemos falar hoje sobre aquilo que precisaria ser feito aí. O que nos interessa aqui é a questão acerca do destino profissional *político* dos jornalistas e de suas oportunidades de entrar nas posições de liderança política. Elas só foram até aqui favoráveis no partido social-democrata. No seu interior, porém, posições de redatores

tiveram de maneira muito mais preponderante o caráter de uma posição de funcionários, mas elas eram a base de uma posição de *líderes*.

Nos partidos burgueses considerados como um todo, em face da geração anterior, a chance de ascender ao nível do poder político tinha antes piorado por esse caminho. A influência da imprensa e, portanto, as relações de imprensa precisavam naturalmente de cada político significativo. Mas o fato de *líderes* partidários provirem das fileiras da imprensa era inteiramente a exceção — não se podia esperar por isso. E a razão reside na “indisponibilidade” fortemente elevada do jornalista, antes de tudo do jornalista não abastado e, portanto, dependente da profissão, que está condicionado pela elevação descomunal da intensidade e da atualidade da atividade jornalística. A necessidade da aquisição de meios de subsistência através da escrita diária ou, de qualquer modo, semanal de artigos faz com que eles se liguem aos políticos como uma corrente e uma bola no calcanhar; e eu conheço exemplos, nos quais naturezas marcadas pela liderança se viram paralisadas de maneira francamente duradoura por meio daí em sua ascensão ao poder — externa e, antes de tudo, internamente. O fato de as relações da imprensa com as forças dominantes no Estado e nos partidos sob o antigo regime terem sido tão prejudiciais quanto possível constitui um capítulo por si. Essas relações se mostravam de maneira diversa nos países adversários. Mas mesmo lá e para todos os Estados valia, ao que parece, a sentença segundo a qual o trabalhador jornalístico foi conquistando cada vez menos e o magnata capitalista da imprensa — do tipo, por exemplo, do “Lorde” Northcliffe — cada vez mais influência política.

No nosso caso, além disso, as grandes empresas capitalistas do setor de imprensa, que tinham se apoderado antes de tudo dos jornais com “pequenos anúncios”, dos “anúncios gerais”, se mostraram normalmente como os típicos fomentadores da indiferença política. Pois não havia

nada a ganhar com a política autônoma, antes de tudo não a boa vontade comercialmente útil das forças politicamente dominantes. O negócio dos anúncios também se mostrou como o caminho, no qual se fez durante a guerra a tentativa do estabelecimento de uma influência sobre a imprensa no grande estilo; e agora, ao que parece, se procura dar prosseguimento a isso. Ainda que seja de se esperar que a grande imprensa se subtraia a isso, a situação para os pequenos jornais é de qualquer modo muito mais difícil. Em todo caso, porém, entre nós, a carreira jornalística, por maior que seja o encanto que ela de resto possa ter e por maior que seja também a medida da influência e da possibilidade de produção de efeitos; e, antes de tudo, por maior que seja a responsabilidade que ela possa trazer consigo — talvez seja preciso esperar para saber se não mais ou se ainda não —, sim, a carreira jornalística não é um caminho normal de ascensão de um líder político. É difícil dizer se a tarefa considerada correta por alguns jornalistas — não todos —, a tarefa ligada ao princípio do anonimato, alteraria algo aí. O que vivenciamos na imprensa alemã durante a guerra em termos de “direção” de jornais por meio de personalidades particularmente recrutadas e talentosas como escritores, que entraram em cena aí constantemente de maneira expressa sob o seu nome, mostrou infelizmente em alguns casos mais conhecidos que um sentimento elevado de responsabilidade por essa via não é tão seguramente cultivado quanto se poderia acreditar. Foram em parte os jornais de Boulevard mais notoriamente malévolos, que aspiraram e também chegaram a alcançar, com isso, um patamar mais elevado. Os senhores em questão, os editores tanto quanto os jornalistas sensacionalistas, conquistaram fortunas — honra certamente não. Com isso, não se está falando nada contra o princípio; a questão é bem intrínseca, e aquele fenômeno também não é válido de maneira universal. Mas ele não foi *até aqui* o caminho para uma autêntica liderança ou para um funcionamento *responsável*

da política. É preciso esperar para ver como as relações continuarão se constituindo. Sob todas as circunstâncias, porém, a carreira jornalística permanece um dos caminhos mais importantes da atividade política profissional. Um caminho não para qualquer um, é verdade. Menos do que tudo para pessoas de caráter fraco, em particular para homens que só podem afirmar seu equilíbrio interior em uma situação de classe assegurada. Por mais que a vida do jovem erudito dependa da sorte, convenções de classe fixas são construídas à sua volta e o protegem de disparates. A vida do jornalista, contudo, é em muitos aspectos marcada pela pura sorte, e, em verdade, sob condições que colocam à prova constantemente a segurança interior de um modo que só muito dificilmente pode ser encontrado em outras situações. As experiências com frequência amargas na vida profissional talvez não sejam nem mesmo o mais terrível. Precisamente no caso de jornalistas exitosos, exigências internas particularmente difíceis lhe são apresentadas. Não é de maneira alguma uma iniquidade lidar nos salões dos poderosos da terra aparentemente no mesmo pé, e ser com frequência bajulado, uma vez que temido, sabendo nesse caso que, logo ao sair pela porta, o senhor da casa talvez precise se justificar particularmente por causa de seu contato com os “meninos da imprensa” — assim como não é tampouco, com ainda maior razão, nenhuma iniquidade dever se expressar sobre tudo e sobre cada coisa que o “mercado” agora exige, sobre todos os problemas pensáveis da vida, de maneira pronta e, nesse caso, convincente, sem não apenas decair na platitudo absoluta, mas também sem se ver preso antes de tudo à indignidade do autodesnudamento e às suas consequências inexoráveis. Espantoso não é o fato de que há muitos jornalistas humanamente disparatados ou desvalorizados, mas o fato de, apesar de tudo, precisamente essa classe encerrar em si um número tão grande de homens valiosos e completamente autênticos, algo que os *outsiders* não suporiam facilmente.

Se o jornalista, enquanto o tipo do político profissional, olha para trás, para um passado já significativo, então a figura do *funcionário do partido* se mostra para ele como uma figura tal que não pertence senão ao desenvolvimento das últimas décadas e, em parte, dos últimos anos. Nós precisamos nos voltar para uma consideração do sistema partidário e da organização partidária para que possamos conceber essa figura em sua posição histórico-genética.

Em todas as associações políticas de algum modo abrangentes, com eleições periódicas dos detentores do poder, ou seja, em todas as associações políticas que transcendem o círculo de tarefas de pequenos cantões rurais, o funcionamento da máquina política é necessário: a *atividade dos interessados*. Isto é, um número relativamente pequeno de interessados primariamente na vida política, ou seja, na participação no poder político, cria para si um séquito por meio da livre propaganda, se apresenta ou apresenta os seus protegidos sob o seu comando como candidatos à eleição, reúnem os meios monetários e parte para angariar votos. Seria inimaginável saber como é que, nessas grandes associações, eleições poderiam ter lugar de maneira materialmente condizente sem esse funcionamento. Em termos práticos, ele significa a divisão dos cidadãos públicos com direito a voto em elementos politicamente ativos e politicamente passivos; e, uma vez que essa diferença se baseia na liberdade da vontade, ela não tem como ser afastada por nenhuma norma, tal como o voto obrigatório ou a representação "de um estrato profissional", ou por alguma outra sugestão do gênero que esteja voltada expressa ou factualmente contra esse estado de fato e, com isso, contra o domínio dos políticos profissionais. A liderança e o séquito, enquanto elementos ativos da livre propaganda, feita com vistas ao séquito tanto quanto, através dele, com vistas aos eleitores passivos na eleição do líder, são os elementos vitais necessários para todo e qualquer partido. Diversa, porém, é a sua estrutura. Os "partidos", por exemplo, das

idades medievais, tais como os Guelfos e os Guibelinos, eram séquitos puramente pessoais. Quando se considera o *Statuto della parte Guelfa*, os confiscos dos bens dos *nobili* — o que significava originalmente de todas aquelas famílias que viviam de maneira cavaleiresca, ou seja, que estavam aptas a viver —, a sua exclusão dos cargos oficiais e do direito de voto, as comissões partidárias interlocais e as organizações rigorosamente militares e os prêmios para aqueles que apresentavam denúncias, então é possível se sentir no interior do bolchevismo com os seus soviets, com as suas organizações militares rigorosamente filtradas e — antes de tudo na Rússia — com as suas organizações de espões, com o desarmamento e a supressão dos direitos políticos dos "cidadãos", ou seja, dos empresários, comerciantes, pensionistas, padres, descendentes da dinastia, com os agentes policiais e seus confiscos. E essa analogia nos causa um espanto ainda maior quando consideramos por um lado o fato de que a organização militar do partido medieval apontava para um exército organizado de puros cavaleiros com base nas matrículas nos feudos e de que os nobres assumiam aí quase todas as posições de liderança, enquanto os soviets, por outro lado, mantiveram, ou melhor, reintroduziram, os empreendedores extremamente bem pagos, o salário por ajuste, o sistema de Taylor, a disciplina militar e fabril, e uma busca por capital externo; em uma palavra, portanto, o espanto é ainda maior quando consideramos o fato de que eles precisaram assumir uma vez mais pura e simplesmente *todas* as coisas combatidas por eles como pequenas instituições de classe burguesas, a fim de manter em geral o Estado e a economia em funcionamento, e, além disto, quando os vemos acionar uma vez mais enquanto instrumento principal de sua violência estatal os agentes da velha *Ochbrana* (polícia secreta czarista). Mas a nossa questão não aponta aqui para essas organizações violentas, mas sim para os políticos profissionais, que aspiram a ascender ao poder

por meio da propaganda “pacífica” sóbria do partido no mercado dos votos eleitorais.

Esses partidos em nosso sentido usual também eram de início, por exemplo, na Inglaterra, puros séquitos da aristocracia. Quando um nobre mudava de partido por uma razão qualquer, todos aqueles que dependiam dele também migravam para o partido oposto. As grandes famílias da nobreza, não necessariamente em última instância o rei, tinham em suas mãos até a reforma fiscal de 1832 o patronato de uma massa enorme de círculos eleitorais. Achavam-se próximos desses partidos aristocráticos, os partidos dos notáveis, tal como eles se desenvolveram por toda parte com a ascensão do poder da burguesia. Os círculos de “formação e posse” sob a condução espiritual das típicas camadas de intelectuais do Ocidente se dividiram, em parte segundo interesses de classe, em parte segundo tradições familiares, em parte de maneira condicionada de modo puramente ideológico, em partidos que eles guiavam. Padres, professores do ensino fundamental, professores universitários, advogados, médicos, farmacêuticos, agricultores abastados e fabricantes — na Inglaterra, toda aquela camada que se contabiliza como estando entre os *gentlemen* — formavam de início associações ocasionais, em todo caso clubes políticos locais; em tempos conturbados, anunciava-se a pequena burguesia, vez por outra o proletariado, quando se levantavam para ele líderes, que, porém, não provinham normalmente de seu meio. Nesse estágio, ainda não existiam em geral partidos organizados de maneira interlocal como associações duradouras por todo o país. Naturalmente, a coesão é criada simplesmente pelos parlamentares; e os notáveis locais são decisivos para a escolha dos candidatos. Os programas eleitorais surgem em parte por meio das campanhas publicitárias dos candidatos, em parte por meio de um apoio em congressos de notáveis ou de resoluções dos partidos parlamentares. De maneira semioficial e honorária, enquanto trabalho

ocasional, é que transcorre a direção dos clubes ou, onde não há tal direção (como acontece na maioria dos casos), o funcionamento completamente amorfo da política por parte dos poucos interessados duradouramente nisso em tempos normais; somente o jornalista é um político profissional remunerado, só o funcionamento do jornal se mostra como funcionamento político contínuo. Ao lado dele, só a sessão do parlamento. Os parlamentares e os dirigentes de partidos parlamentares sabem, em verdade, quais são os notáveis locais para os quais as pessoas devem se voltar, quando uma ação política se mostra como desejável. Mas só em grandes cidades existem duradouramente associações dos partidos com contribuições módicas dos membros, reuniões periódicas e assembleias públicas para que os deputados possam prestar contas de suas atividades. Só há vida no período eleitoral.

O interesse dos parlamentares na possibilidade de estabelecimento de compromissos eleitorais interlocais, na força ofensiva de programas uniformes reconhecidos por amplos círculos de todo o país e numa agitação homogênea no país em geral formam a força impulsionadora da coesão cada vez mais rígida de todo o país. Mas se, então, uma rede de associações partidárias locais também se estende nas cidades médias e, ao lado delas, por intermédio de “homens de confiança”, por todo o país, associações essas com as quais um membro do partido parlamentar, enquanto diretor do escritório central do partido, se encontra em uma correspondência duradoura, o caráter do aparato partidário enquanto uma associação de notáveis permanece em princípio inalterado. Funcionários remunerados ainda não se fazem presentes fora do escritório central; são apenas pessoas “bem vistas” que, em função do apreço do qual elas de resto gozam, dirigem as associações locais — os “notáveis” extraparlamentares, que exercem uma influência ao lado da camada de notáveis políticos dos deputados que possuem cadeiras no parlamento. O alimento espiritual da

imprensa e das assembleias locais cria com certeza cada vez mais a correspondência partidária organizada pelos partidos. Contribuições regulares de membros tornam-se imprescindíveis; uma parcela dessas contribuições precisa fazer frente aos custos monetários das centrais. Era nesse estágio que se encontravam até bem pouco tempo a maioria das organizações partidárias alemãs. Na França, imperava completamente, ainda em parte o primeiro estágio: a reunião totalmente frágil dos parlamentares e, em todo o país, o pequeno número dos notáveis locais, os programas escolhidos pelos candidatos ou para eles por seus padrinhos eleitorais no caso particular junto à candidatura, ainda que com um apoio local maior ou menor nas resoluções e nos programas dos parlamentares. Foi só parcialmente que esse programa foi quebrado. O número dos políticos profissionais de tempo integral era pequeno nesse caso e se compunha no essencial a partir dos deputados eleitos, dos poucos funcionários das centrais, dos jornalistas e — na França —, de resto, a partir daqueles carreiristas, que se achavam em um “cargo político” ou que almejavam por agora tal cargo. Em termos formais, de uma maneira amplamente preponderante, a política era uma profissão paralela. Mesmo o número dos deputados “ministeriáveis” estava estreitamente delimitado, assim como, porém, por causa do caráter dos notáveis, os candidatos à eleição. Por outro lado, o número dos indiretamente interessados pelo funcionamento político, antes de tudo material, era, contudo, muito grande. Pois todas as medidas de um ministério e, antes de tudo, todas as resoluções de questões particulares aconteciam sob o efeito concomitante das questões acerca de sua influência sobre as chances eleitorais, e buscava-se impor todo e qualquer tipo de desejo através da mediação do deputado local, ao qual o ministro precisava bem ou mal dar ouvido, caso esse deputado pertencesse à sua maioria — e era isso a que todos aspiravam. O deputado particular tinha o patronato oficial e, em geral, todo tipo de patronato nas

questões de seu círculo eleitoral, mantendo, por sua vez, a fim de ser reeleito, uma ligação com os notáveis locais.

A esse estado idílico do domínio dos círculos notáveis e, antes de tudo, dos parlamentares, se contrapõem, então, de maneira agudamente dissonante, as formas modernas da organização partidária. Elas são filhas da democracia, do direito de voto das massas, da necessidade da propaganda de massas e da organização das massas, do desenvolvimento de uma unidade extrema da direção e da mais rigorosa disciplina. O domínio dos notáveis e o governo por meio dos parlamentares cessam. Políticos “profissionais de tempo integral” *fora* dos parlamentos assumem em suas mãos o funcionamento político. Ou bem como “empreendedores” — tal como o “boss” americano e mesmo o “election agent” inglês o eram no que concerne à coisa mesma —, ou bem como funcionários fixamente pagos. Em termos formais, ocorre uma ampla democratização. Não é mais a fração do parlamento que cria os programas normativos e não mais os notáveis locais que têm de selecionar os candidatos na mão, mas assembleias dos membros organizados dos partidos selecionam os candidatos e delegam os membros para as assembleias de uma ordem superior, sendo que há sempre, até “o dia da convenção geral do partido”, possivelmente muitas reuniões como essas. Em termos factuais, porém, o poder se encontra naturalmente nas mãos daqueles que realizam *continuamente*, no interior do aparato de funcionamento político, o seu trabalho; ou então daqueles dos quais — por exemplo, como mecenas ou como dirigentes de um clube de interessados políticos poderosos (Tammany-Hall) — o funcionamento depende pecuniária ou pessoalmente em seu curso. Decisivo é o fato de que todo esse aparato humano — a máquina, tal como as pessoas o denominam caracteristicamente nos países anglo-saxões —, ou muito mais aqueles que o dirigem colocam os parlamentares em xeque e estão em condições de impor-lhes muito amplamente a sua vontade. E isso

tem um significado particular para a seleção da *direção* dos partidos. Aquele que é seguido pela máquina, então, torna-se líder também da direção central do parlamento. A criação de tais máquinas significa, em outras palavras, a entrada em cena da democracia *plebiscitária*.

O séquito dos partidos, antes de tudo o funcionário partidário e o empreendedor ligado ao partido, espera receber pela vitória de seu líder uma retribuição pessoal: cargos ou outras vantagens. Dele em específico — não apenas dos parlamentares em particular: esse é o ponto decisivo. Eles esperam antes de tudo que o efeito demagógico da personalidade do líder na campanha eleitoral arranje os votos e os mandatos do partido, e, com isso, amplie o máximo possível por meio daí as chances de seus aliados de alcançarem para si a recompensa monetária almejada. E ideal, além disso, é a satisfação de trabalhar para um homem em meio a uma dedicação pessoal e não apenas para um programa abstrato de um partido que é constituído a partir de mediocridades: esse elemento “carismático” de toda liderança é um dos motores do processo.

Em uma medida muito diversa e em uma luta constantemente latente tanto com os notáveis locais que lutam por sua influência quanto com os parlamentares, essa forma acabou por se impor. Nos partidos burgueses, em primeiro lugar nos Estados Unidos da América; em seguida, no partido social-democrata antes de tudo da Alemanha. Reações entram em cena constantemente, logo que nenhum líder universalmente reconhecido se faz presente, e concessões de todo tipo precisam, mesmo quando ele está presente, ser feitas à vaidade e aos interesses dos notáveis do partido. Antes de tudo, porém, a máquina também pode cair sob o poder dos *funcionários* do partido, em cujas mãos o trabalho regular reside. Segundo a visão de alguns círculos social-democratas, seu partido tinha sido vítima da “burocratização”. Não obstante, “funcionários” se submetem de maneira relativamente

simples a uma personalidade de liderança que atue de maneira demagogicamente intensa: seus interesses materiais e ideais estão articulados intimamente com o efeito por eles almejado do poder do partido, e o trabalho para um líder é em si internamente satisfatório. Muito mais difícil é a ascensão dos líderes, lá onde — como na maioria dos partidos burgueses —, ao lado dos funcionários, os “notáveis” têm nas mãos a influência sobre o partido. Pois esses “notáveis” tornam a “sua vida” *ideal* a partir dos pequenos postos de membros da direção ou da comissão partidária que eles possuem. Determinam a sua ação o ressentimento em relação ao demagogo enquanto *homo novus*, a convicção da superioridade de uma “experiência” político-partidária — que é de fato marcada por um significado imenso — e a preocupação ideológica com a destruição das antigas tradições partidárias. E eles têm a seu favor nos partidos todos os elementos tradicionalistas. Antes de tudo, os eleitores do interior, mas também os pequeno-burgueses, buscam os nomes dos notáveis que lhes são há muito conhecidos e desconfiam do homem que lhes é desconhecido, a fim de, naturalmente, se esse tiver sucesso, eles poderem se ligar a ele de maneira ainda mais inabalável. Consideremos alguns exemplos centrais dessa luta das duas formas estruturais e a ascensão descrita nomeadamente de Ostrogorski da forma plebiscitária.

De início, a Inglaterra: na Inglaterra, a organização partidária era até 1868 uma organização quase puramente constituída por notáveis. No país, os *Tories* (membros do partido conservador), por exemplo, se apoiavam sobre o pastor anglicano, e, ao lado dele, na maioria das vezes, sobre os mestres de escola e antes de tudo sobre os grandes proprietários do *county* respectivo, enquanto os *Whigs* na maioria das vezes buscavam apoio junto àquelas pessoas tais como o pastor não conformista (onde havia tal pastor), o chefe dos correios, o ferreiro, o alfaiate, o enfardador, tais artesãos, portanto, dos quais se podia partir — porque se podia con-

versar mais com eles. Na cidade, dividiam-se os partidos em parte segundo opiniões econômico-partidárias, em parte simplesmente segundo opiniões partidárias tradicionais nas famílias. Sempre, porém, os notáveis se mostravam como os suportes do funcionamento político. Pairava acima deles o parlamento e os partidos com o gabinete e com o "leader", que era o presidente do conselho ministerial ou da oposição. Esse *leader* tinha a seu lado a mais importante personalidade profissional e vocacional da organização partidária: o *whip* (a pessoa que ditava a norma). Em suas mãos residia o patronato das posições oficiais; era para ele que tinham de se voltar, portanto, os carreiristas, e ele tinha de discutir a distribuição das posições com os deputados das esferas eleitorais particulares. Nessas esferas começou a se desenvolver lentamente uma camada de políticos profissionais, na medida em que agentes locais foram engajados, que de início não eram remunerados e assumiam mais ou menos a posição de nossos "homens de confiança". Ao lado deles, porém, desenvolveu-se para a esfera eleitoral uma figura de empreendedor capitalista: o "election agent", cuja existência era inevitável na legislação moderna, que procurava assegurar a lisura da eleição. Essa legislação buscava controlar os custos de campanha e ir ao encontro do poder do dinheiro, na medida em que se comprometia a indicar ao candidato o quanto tinha lhe custado a eleição: pois o candidato tinha na Inglaterra — muito mais do que ocorria mesmo antigamente conosco —, além das fadigas de seu voto, também o prazer de puxar a carteira. O *election agent* recebia do candidato uma soma global, com a qual esse costumava fazer um bom negócio. Na distribuição do poder entre o "leader" e os notáveis do partido, no parlamento e no interior do país, o *leader* sempre teve desde o princípio, por razões impositivas oriundas da viabilização de uma grande política que, nesse caso, se mostrava também como uma política constante, uma posição muito significativa. Não obstante, porém, a

influência mesmo dos parlamentares e dos notáveis do partido ainda era significativa.

Assim, por exemplo, a antiga organização partidária parece em parte uma economia de notáveis, em parte já um empreendimento gerido por funcionários e empreendedores. A partir de 1868, porém, desenvolveu-se em primeiro lugar em Birmingham, e, então, em todo o país, o sistema "caucus". Um pastor não conformista e, ao lado dele, Josef Chamberlain trouxeram esse sistema à vida. O que deu ensejo aos dois foi a democratização do direito de voto. Tornou-se necessário para a conquista das massas dar vida a um aparato descomunal de associações com aparência democrática, formar em todo e qualquer bairro municipal uma associação eleitoral, manter incessantemente a atividade política em funcionamento e burocratizar tudo de maneira rígida. Assim, funcionários pagos foram cada vez mais empregados pelos comitês eleitorais locais; e, no todo, logo foram organizados talvez 10% dos eleitores como mediadores centrais eleitos com o direito de cooptação, como suportes formais da política partidária. A força impulsionadora era constituída pelas esferas locais interessadas, antes de tudo por aquelas dentre essas esferas que se mostravam interessadas pela política comunal — por toda parte a fonte das chances materiais mais polpudas —, que também traziam à tona em primeira linha os meios financeiros. Essa máquina que tinha surgido recentemente e que não era mais dirigida de maneira parlamentar, teve logo de combater os detentores do poder até aqui, antes de tudo o *whip*, mas sobreviveu ao combate com o apoio dos interessados locais de maneira tão vitoriosa que o *whip* precisou se conformar e compactuar com ela. O resultado foi uma centralização de toda a violência na mão de poucas pessoas e, por fim, na mão de uma pessoa só, que se encontrava no topo do partido. Pois, no partido liberal, todo o sistema tinha vindo à tona em sintonia com a ascensão de Gladstone ao poder. O que levou essa máquina

tão rapidamente à vitória sobre os notáveis foi o fascínio exercido pela “grande” demagogia gladstoniana, a crença firme das massas no conteúdo ético de sua política e, antes de tudo, no caráter ético de sua personalidade. Um elemento cesarista-plebiscitário na política, o ditador do campo da batalha eleitoral, entrou em cena. Isso se manifestou bem cedo. Em 1877, o *caucus* se tornou pela primeira vez ativo nas eleições públicas. Com um sucesso brilhante: a queda de Disraeli em meio aos seus grandes sucessos foi o resultado. Em 1886, a máquina já estava orientada de maneira tão completamente carismática para a pessoa que, quando a questão do *home-rule* foi desdobrada, todo o aparato de cima até embaixo não perguntou se nós nos encontrávamos materialmente sobre o solo de Gladstone, mas simplesmente se colocou, à sua voz, em linha com ele e disse: nós o seguiremos independentemente do que ele fizer — e deixou na mão o seu próprio criador, Chamberlain.

Essa maquinária carece de um aparato pessoal significativo. São, contudo, 2.000 pessoas na Inglaterra que vivem diretamente da política dos partidos. Muito mais numerosos são naturalmente aqueles que, concomitantemente, atuam puramente como carreiristas ou como interessados na política, ou seja, que trabalham no interior da política da comunidade. Ao lado das oportunidades políticas havia para o político do *caucus* útil uma oportunidade de alimentar a sua vaidade. Tornar-se “J. P.” ou mesmo “M. P.”²⁴ era naturalmente uma aspiração da mais elevada cobiça (normal), e essa aspiração cabia a tais pessoas que tinham de demonstrar uma boa educação, que tinham que provar serem “gentlemen”. Acenava como o ponto mais elevado, em particular para os grandes mecenas financeiros — as finanças dos partidos baseavam-se talvez 50 % em doações

²⁴ Abreviações para “Juiz de Paz” e “Membro do Parlamento”. (N. T.)

de doadores que permaneciam incógnitos — o título de nobreza.

Qual era, então, o efeito de todo esse sistema? O fato de hoje os parlamentares ingleses, com exceção de alguns poucos membros do gabinete (e alguns insurgentes), não serem normalmente outra coisa senão massa de manobra bem disciplinada. Em nosso caso, nas eleições para o parlamento imperial, cada um costumava ao menos marcar seu lugar na escravinha, colocando em dia a correspondência privada, a fim de contribuir para o bem-estar do país. Tais gestos não são exigidos na Inglaterra; o membro do parlamento tem apenas de votar e não trair o partido. Ele tem de aparecer quando o *whip* o chama e fazer a cada vez aquilo que o gabinete ou o *leader* da oposição ordenar. A máquina *caucus* no país como um todo é quase desprovida de atitude política quando um líder forte se faz presente e ela permanece completamente nas mãos do *leader*. Com isso, portanto, acima do parlamento se encontra o ditador faticamente plebiscitário, que coloca as massas atrás de si por intermédio da “máquina” e para o qual os parlamentares não são senão concessionários de prebendas políticas que se encontram em seu séquito.

Como ocorre, então, a seleção dessa liderança? De início, segundo que capacidade? Para tanto — ao lado das qualidades da vontade por toda parte decisivas no mundo —, é normativo, de qualquer modo, o poder do discurso demagógico. Seu tipo se transformou desde os tempos em que ele se dirigia, tal como em Cobden, ao entendimento, passando por Gladstone, que era um técnico aparentemente sóbrio na arte de “deixar os fatos falarem”, até chegar ao presente, onde se trabalha em muitos aspectos com meios puramente emocionais, tal como eles são utilizados pelo Exército da Salvação, a fim de colocar as massas em movimento. Pode-se denominar o estado existente uma “ditadura, que repousa sobre a exploração da emocionalidade das massas”, mas o

sistema bem desenvolvido do trabalho dos comitês no parlamento inglês o possibilita e também obriga cada político, que reflete sobre a participação na condução, a *colaborar* concomitantemente com isso. Todos os ministros significativos das últimas décadas têm atrás de si essa instrução muito real e efetiva de trabalho, e a prática da confecção de relatórios e de crítica pública a esses conselhos condiciona o fato de que essa escola implica uma seleção efetiva e coloca fora de jogo o mero demagogo.

Foi assim que as coisas se deram na Inglaterra. O sistema do *caucus* vigente lá, porém, foi apenas uma forma atenuada, comparada com a organização partidária norte-americana, que cunhou de maneira particularmente precoce e pura o princípio plebiscitário. A América de George Washington deveria ser, segundo a sua concepção, um sistema comunitário administrado por "gentlemen". Um *gentleman* também era concebido naquela época, do outro lado do oceano, como um nobre senhor ou como um homem que tinha educação universitária. Era assim que as coisas se mostravam a princípio. Quando os partidos se formaram, os membros da câmara dos deputados pretenderam se mostrar como líderes, exatamente como na Inglaterra no tempo do domínio dos notáveis. A organização partidária era completamente frouxa. Isso durou até 1824. Já antes dos anos de 1820, em algumas comunidades — que também se mostraram aqui como os primeiros sítios de desenvolvimento político —, a máquina partidária estava em transformação. Mas foi só a eleição de Andrew Jackson para presidente, o candidato dos fazendeiros do Oeste, que deitou fora as antigas tradições. O fim formal da direção dos partidos por meio de parlamentares com liderança ocorreu logo depois de 1840, quando os grandes parlamentares — Calhoun, Webster — abandonaram a vida política porque o parlamento tinha perdido praticamente todo poder em face da máquina partidária no resto do país. Que a "máquina"

plebiscitária tenha se desenvolvido tão cedo na América é algo que tem a sua razão de ser no fato de que, na América, o chefe do executivo e — era isso que estava em questão — o chefe do patronato oficial apontavam para um presidente eleito de maneira plebiscitária, assim como no fato de esse presidente, em consequência da "separação dos poderes", ser completamente independente do parlamento na condução de seu mandato. Um objeto de exploração de prebendas oficiais acenava, portanto, como remuneração pela vitória precisamente na eleição presidencial. Por meio do "spoil system", que tinha sido elevado agora por Andrew Jackson de maneira completamente sistemática ao nível de um princípio, a consequência foi retirada daí.

O que significa esse *spoil system* — a entrega de todas as repartições federais para o séquito do candidato vitorioso — para a formação partidária hoje? Significa que partidos completamente desprovidos de atitude política se encontram uns em face dos outros como puras organizações de pessoas ávidas por postos, que constroem seus programas cambiantes sempre de acordo com as chances de angariar votos na campanha eleitoral particular — mudando suas cores de um modo tal que, apesar de toda analogia, não há como ser encontrado em nenhum outro lugar. Os partidos são completamente talhados para a campanha eleitoral, mais importante em termos do patronato oficial; para a campanha em torno da presidência da União e das posições de governadores dos Estados particulares. Programas e candidatos são fixados nas "convenções nacionais" dos partidos sem intervenção dos parlamentares — por congressos dos partidos, portanto, que são alimentados formalmente de maneira bastante democrática pelas assembleias dos delegados, que devem seu mandato, por outro lado, às "primaries", às assembleias dos eleitores diretos do partido. Já nas primárias, os delegados são eleitos em nome do candidato para a liderança nacional; *no interior* dos partidos particulares

pulula a mais encarniçada luta em torno da questão da "nomination". Nas mãos do presidente residem sempre de 300.000 a 400.000 nomeações de funcionários, que são realizadas por ele, apenas sob a consulta a senadores dos Estados particulares. Os senadores são, portanto, políticos poderosos. A casa de representantes, em contrapartida, é, em termos políticos, relativamente impotente, porque o patronato dos funcionários lhe é subtraído, e os ministros, puros assistentes do presidente legitimado pelo povo contra qualquer um, mesmo contra o parlamento, independentemente de sua confiança ou desconfiança, podem controlar seus ministérios: uma consequência da "distribuição do poder".

O *spoil system* apoiado dessa maneira foi tecnicamente possível na América porque, tendo em vista a juventude da cultura americana, pôde ser constituída aí uma pura economia de diletantes. Com 300.000 a 400.000 pessoas ativas nos partidos que não tinham nada a apresentar para a sua qualificação senão o fato de que eles tinham realizado um bom serviço ao seu partido, não havia nenhuma possibilidade de pensar esse estado de coisas sem efeitos nocivos descomunais: corrupção e desperdício sem iguais, que só podiam ser suportados por um país com oportunidades econômicas ainda ilimitadas.

Assim, o "boss" passa a ser aquela figura, que aparece na superfície imagética desse sistema marcado pela máquina partidária plebiscitária. O que é o *boss*? Um empreendedor político capitalista, que produz votos eleitorais por sua conta e risco. Ele pode ter conquistado as suas primeiras ligações como advogado, como dono de bar, como um proprietário de empresas desse mesmo ramo ou ainda, por exemplo, como concessor de crédito. A partir daí, ele continua tecendo suas teias até que consiga "controlar" um número determinado de votos. No momento em que chega a esse ponto, ele entra em contato com o *boss* vizinho, chamando pelo zelo, pela habilidade e, antes de tudo, pela

discrição a atenção daqueles que já avançaram mais na carreira, e, então, ascende. O *boss* é imprescindível para a organização dos partidos. Essa organização encontra-se centralizada em suas mãos. Ele cria de maneira muito essencial os meios. Como é que ele chega até eles? Pois bem, em parte por intermédio de contribuições de membros; antes de tudo por meio da tributação dos salários daqueles funcionários que chegaram aos seus postos por intermédio dele e de seu partido. Em seguida, por meio de corrupção e de gorjetas. Quem quiser ferir uma das inúmeras leis sem ser punido precisa contar com a conivência do *boss* e precisa comprar para si tal conivência. Apenas isso, porém, ainda não é suficiente para criar o capital necessário ao empreendimento político. O *boss* é indispensável enquanto aquele que recebe diretamente o dinheiro dos grandes magnatas financeiros. Esses grandes magnatas jamais confiariam em geral dinheiro para fins eleitorais a um funcionário assalariado do partido ou a um homem qualquer que apresentasse publicamente as suas contas. O *boss*, com sua lamentável discrição em questões monetárias, é obviamente o homem daqueles círculos capitalistas que financiam a eleição. O *boss* típico é um homem absolutamente sóbrio. Ele não aspira à honra social; o "profissional" é desprezado no interior da boa sociedade. Ele busca exclusivamente poder; poder enquanto fonte de dinheiro, mas também poder em função dele mesmo. Ele trabalha no escuro, é nesse ponto que ele é o oposto do *leader* inglês. Não o escutaremos falando em público; ele sugere aos oradores aquilo que eles têm de dizer de uma maneira condizente com os fins; ele mesmo, porém, se silencia. Ele não assume normalmente nenhum cargo, para além do cargo de senador no senado federal. Pois uma vez que os senadores tomam parte no patronato das repartições oficiais por força da Constituição, os *bosses* líderes estão com frequência sentados nessa corporação. A entrega das repartições acontece em primeira linha

segundo o desempenho que pode ser alcançado para o partido. Mas mesmo o ato de arrematar os cargos por meio da oferta de dinheiro ocorre em muitos aspectos, e existem taxas determinadas para cargos particulares: o que temos aqui é um sistema de venda de cargos, tal como essa venda acontecia nas monarquias do século XVII e XVIII, e, inclusive tal como o Estado eclesiástico conheceu em muitos sentidos.

O *boss* não tem “princípios” políticos fixos, ele é completamente desprovido de atitude política e pergunta apenas: o que gera votos? Não raramente, ele é um homem com uma educação bastante precária. Todavia, em sua vida privada, ele costuma viver de maneira irrepreensível e correta. É apenas em sua ética política que ele se adequa naturalmente à ética mediana a cada vez dada do agir político, tal como muito provavelmente muitos de nós o fizeram no período de acumulação no campo da ética econômica. O fato de as pessoas o desprezarem socialmente enquanto “profissional”, enquanto político profissional, não o impugna. O fato de ele mesmo não chegar — nem querer chegar — aos grandes cargos da União tem a sua vantagem no fato de que não raramente inteligências alheias ao partido, notabilidades, portanto, e não sempre uma vez mais os mesmos velhos notáveis dos partidos como em nosso caso, chegam a se candidatar, quando os *bosses* prometem a si mesmos que essas candidaturas trarão consigo uma força maior de atração nas eleições. Foi precisamente a estrutura desses partidos desprovidos de atitude, com seus detentores do poder socialmente desprezados, o que auxiliou, por isso, a chegada ao poder de homens habilidosos, que na Alemanha jamais teriam ascendido. Naturalmente, os *bosses* sempre se revoltam contra os *outsiders*, que podem ser perigosos para as suas fontes de dinheiro e de poder. Na luta por concorrência em torno da preferência dos eleitores, porém, eles precisaram não raramente se mostrar

condescendentes e aceitar aqueles candidatos que eram considerados como adversários na corrupção.

Faz-se presente aqui, portanto, um funcionamento partidário fortemente capitalista, inteiramente organizado de cima a baixo de maneira rígida, apoiado também pelos *clubs* por toda parte fixos, ordenadamente organizados, do tipo de um Tammany-Hall, que aspiram exclusivamente a visar ao lucro por meio do domínio político antes de tudo de administrações comunais — também aqui o mais importante objeto de exploração. Essa estrutura da vida partidária tornou-se possível em consequência do alto grau da democracia dos Estados Unidos da América enquanto um “país jovem”. Esse contexto, então, condiciona o fato de que esse sistema está imerso em um lento processo de extinção. A América não pode mais ser governada apenas por diletantes. Há quinze anos atrás ainda era possível escutar de trabalhadores americanos a pergunta: “por que eles precisavam se deixar governar por políticos, que declaravam abertamente desprezá-los”. A resposta dada por eles nessa época era: “nós preferimos ter como funcionários pessoas nas quais cuspiamos do que, como acontece convosco, ter uma casta de funcionários que em vós cospe”. Esse era o antigo ponto de vista da “democracia” americana: os socialistas já pensavam outrora de uma maneira completamente diferente. O estado das coisas não tem mais como ser suportado. A administração dos diletantes não é mais suficiente, e a *Civil Service Reform* cria posições aptas a receberem pensões vitalícias e em um número crescente, fazendo, assim, com que funcionários formados nas universidades, exatamente tão incorruptíveis e habilidosos quanto os nossos, assumam os cargos nas repartições públicas. Por volta de 100.000 cargos já não se mostram mais como objetos de espoliação depois do término da eleição, mas se encontram ligados a capacidades pessoais e à comprovação de qualificação. Isso fará com que o *spoils system* lentamente precise se retrair, e o modo

da direção do partido também se reconfigurará, assim, do mesmo modo; nós só não sabemos ainda como.

Na *Alemanha*, as condições decisivas para o funcionamento político até aqui foram no essencial as que se seguem. Em primeiro lugar: impotência dos parlamentos. A consequência era que nenhum homem, que tinha qualidade de liderança, entrava aí de maneira duradoura. Supondo que se quisesse entrar na política — o que se podia fazer aí? Quando uma posição de chanceler vagava, era possível dizer para o chefe administrativo em questão: “eu tenho em meu círculo eleitoral um homem muito habilidoso que seria apropriado”, lançando mão dele. E era isso que se fazia com prazer. No entanto, isso era praticamente tudo que um parlamentar alemão podia alcançar para a satisfação de seus instintos de poder — se é que ele tinha tais instintos. A isso aliava-se — e esse segundo momento condicionava o primeiro — o significado descomunal do funcionalismo especializado na Alemanha. Nesse ponto, nós éramos os primeiros no mundo. Esse significado trouxe consigo o fato de esse funcionalismo especializado não requisitar para si apenas as posições dos funcionários especializados, mas também os postos de ministros. Foi nas eleições bávaras que, no ano passado, quando o parlamentarismo entrou em discussão, se disse que as pessoas talentosas não se tornariam mais, então, funcionários públicos, se os parlamentares fossem colocados nos ministérios. A administração funcional subtraiu-se, além disso, sistematicamente a tal tipo de controle representado, por exemplo, pelas discussões dos comitês ingleses e colocou, assim, os parlamentos fora de condições — abstraindo-se de poucas exceções — de formar para tanto chefes administrativos efetivamente úteis em seu meio.

O terceiro ponto baseia-se no fato de que nós, na Alemanha, em oposição à América, temos partidos politicamente orientados, que afirmam ao menos com uma

bona fides subjetiva que seus membros são representantes de “visões de mundo”. Os dois mais importantes desses partidos, o Partido de Centro, por um lado, e, por outro lado, o Partido Social-Democrata, são, na verdade, partidos que nasceram minoritários, e, com efeito, segundo o seu próprio intuito. Os círculos de liderança de centro nunca ocultaram o fato de que eles não eram contra o parlamentarismo porque eles temiam se transformar em minoria e porque eles receavam que, para eles, a acomodação dos carreiristas como até aqui, por meio de pressão sobre o governo, seria dificultada. A social-democracia era por princípio um partido da minoria e ela era um obstáculo para a parlamentarização, porque não queria se macular com a ordem político-burguesa dada. O fato de que os dois partidos se excluíram do sistema parlamentar tornou isso impossível.

O que foi feito a partir daí dos políticos profissionais alemães? Eles não tinham nenhum poder, nenhuma responsabilidade, só podiam desempenhar um papel bastante subalterno enquanto notáveis e, em consequência disso, ficaram recentemente animados com os instintos corporativos que por toda parte são típicos. Para um homem que não lhes era equivalente, era impossível subir no círculo desses notáveis, que construíam suas vidas a partir desses pequenos postos. A partir de todos os partidos, sem excluir daí obviamente a social-democracia, eu poderia citar inúmeros nomes que significavam tragédias em relação a carreiras políticas, porque eles tinham as respectivas qualidades de um líder e, justamente por isso, não eram tolerados pelos notáveis. Esse caminho do desenvolvimento em direção à corporação de notáveis foi percorrido por todos os partidos. Bebel, por exemplo, foi ainda um líder, segundo o temperamento e segundo a pureza do seu caráter, por mais modesto que fosse o seu intelecto. O fato de que ele foi um mártir, de que ele nunca iludiu a confiança das massas, teve por consequência o fato

de que ele a tinha pura e simplesmente atrás de si e não havia nenhum poder no interior do partido que pudesse se apresentar seriamente contra ele. Depois de sua morte, porém, isso teve um fim e começou, então, o domínio dos funcionários. Funcionários dos sindicatos, secretários dos partidos e jornalistas chegaram ao topo, instintos funcionalistas dominaram os partidos, um funcionalismo extremamente honroso — estranhamente honroso, é o que se pode dizer se levarmos em conta as condições de outros países, em particular com vistas aos funcionários dos sindicatos com frequência corruptos na América; mas as consequências anteriormente já discutidas do domínio dos funcionários também entraram em cena no interior dos partidos.

Desde os anos de 1880, os partidos burgueses se tornaram completamente corporações de notáveis. Vez por outra, em verdade, os partidos precisavam aduzir inteligências extrapartidárias com finalidades propagandistas, a fim de poderem dizer: “nós temos tais e tais nomes”. No entanto, eles evitam ao máximo possível deixar que eles entrem na eleição, e somente onde isso se mostra como inevitável, pois tais notáveis não aceitavam outra coisa, é que isso acontece.

No parlamento reinava o mesmo espírito. Nossos partidos parlamentares eram e continuam sendo corporações. Todo e qualquer discurso que é feito no plenário do prédio do Parlamento Federal é antes inteiramente censurado no partido. É isso que podemos notar em função de seu caráter entediante. Só quem é encarregado como orador pode tomar a palavra. Uma oposição mais intensa em relação ao hábito inglês. Ao mesmo tempo, porém — por razões completamente opostas —, algo assim também não tinha como ser pensado em face do hábito francês.

Agora, contudo, em consequência do violento colapso, que se costuma designar a revolução, talvez esteja em curso uma transformação. Talvez — isso não é certo. De início, entraram em cena os primeiros passos para novos

tipos de aparatos partidários. Em primeiro lugar, aparatos amadores. Em particular, com frequência representados por estudantes das mais diversas escolas superiores, que dizem a um homem ao qual eles atribuem qualidades de um líder: “Nós queremos arranjar para o senhor o trabalho necessário, realiza-o!” Em segundo lugar, aparatos comerciais. Aconteceu de pessoas se aproximarem de homens, aos quais elas atribuíam qualidades de um líder, e se oferecerem, por meio de salários fixados para cada voto alcançado, para assumirem a tarefa de propaganda. Se os senhores me perguntassem sinceramente qual desses dois aparatos eu consideraria o mais confiável do ponto de vista puramente técnico-político, então eu preferiria, acho, o segundo. Mas os dois foram bolhas que subiram rapidamente e que velozmente desapareceram uma vez mais. Os aparatos presentes se reagruparam, mas continuaram trabalhando. Aqueles fenômenos talvez não tenham passado de um sintoma de que os novos aparatos estavam prontos para se ajustar e esperavam apenas que os líderes se fizessem presentes. Mas mesmo a peculiaridade técnica do direito de representação proporcional excluía a sua ascensão. Só alguns ditadores de rua é que surgiram e sucumbiram uma vez mais. E só o séquito dos ditadores de rua é que se organizaram com uma disciplina rígida: por isto o poder dessas minorias em constante movimento de desaparecimento.

Se supusermos que isso irá se alterar, então será preciso ter clareza quanto ao que dissemos anteriormente: a direção dos partidos por meio de líderes plebiscitários condiciona o “esvaziamento da alma” do séquito, causando a sua proletarização espiritual, poder-se-ia dizer. Para ser útil ao líder como aparato, ela precisa obedecer a ele cegamente. Ser uma máquina no sentido americano, sem ser perturbado pela vaidade dos notáveis e pelas pretensões de pontos de vista próprios. A eleição de Lincoln só se tornou possível por meio desse caráter da organização partidária, e, no caso de Gladstone, o mesmo, como

mencionamos, entrou em cena no *cáucus*. Esse é justamente o preço que se paga quando se têm líderes na direção. Mas só há uma escolha: democracia de líderes com "máquina" ou democracia sem liderança, ou seja: o domínio dos "políticos profissionais" sem vocação, sem as qualidades internas carismáticas, que os tornam justamente um líder. E isso significa, então, aquilo que a respectiva facção partidária habitualmente designa como domínio da "panelinha". Por enquanto, só temos esse último elemento na Alemanha. E no caso do futuro, ao menos no nosso reino, a permanência dessa situação será favorecida pelo fato de que, com certeza, o Conselho Federal será ressuscitado e restringirá, com isso, necessariamente o poder da Câmara Imperial, assim como o seu significado enquanto local de seleção de líderes. E, além disso, ela também será potencializada pelo direito à proporcionalidade eleitoral, tal como esse direito é agora configurado, ou seja, como um fenômeno típico de uma democracia sem liderança; e não apenas porque esse direito favorece para os notáveis a competição por posições hierárquicas no comércio de gado, mas também porque ele dará futuramente às associações de interessados a possibilidade de obrigar o acolhimento de seus funcionários nas listas de candidatos e, assim, de criar um parlamento apolítico, no qual não surge nenhum espaço para uma autêntica liderança. A única válvula de escape poderia ser o presidente do reino, se ele fosse eleito de maneira plebiscitária, não parlamentar. A liderança com base na comprovação por meio do trabalho poderia vir à tona e a seleção poderia ser realizada, antes de tudo, se, nas grandes municipalidades, tal como acontece por toda parte nos Estados Unidos da América, onde se está disposto a lidar seriamente com a corrupção, o ditador municipal plebiscitário aparecesse na tela com o direito de compor autonomamente o seu *bureau*. Isso condicionaria uma organização partidária talhada para tais eleições. Mas a hostilidade completamente pequeno-burguesa aos

líderes por parte de todos os partidos, incluindo aí antes de tudo a social-democracia, faz com que o modo futuro de configuração dos partidos e, com isso, todas essas oportunidades permaneçam completamente no escuro.

Não há hoje, portanto, absolutamente como alcançar uma visão panorâmica sobre como se configurará exteriormente o funcionamento da política enquanto "vocação", nem muito menos, em consequência disso, por que via se abrirão oportunidades para pessoas politicamente talentosas serem colocadas diante de uma tarefa política satisfatória. Aquele que se vê obrigado a viver "da" política por meio da disposição de suas faculdades sempre terá de considerar como alternativa a jornalística ou a posição de funcionário do partido enquanto os caminhos típicos diretos. Ou ele terá de assumir a posição de representante de um grupo de interesses: de um sindicato, de uma câmara de comércio, de uma câmara de economia rural, de uma câmara de artesãos, de uma câmara de trabalho, de associações de empregadores etc.; ou mesmo se voltar para posições comunais apropriadas. Não há como dizer algo mais do que o seguinte sobre o aspecto exterior: em comum com o jornalista, o funcionário do partido tem o ódio por ser "desclassificado". Alguém "que recebe para escrever", no primeiro caso, e alguém "que recebe para falar", no segundo. Infelizmente, é assim que isso sempre soará aos ouvidos em geral, por mais que venha a acontecer de maneira inexpressa. Em contrapartida, quem é interiormente indefeso e não consegue dar a si mesmo a resposta correta deve ficar longe dessa carreira, que em todo caso é, ao lado de suas pesadas tentações, um caminho que pode levar a incessantes desilusões. O que é que ela consegue, então, oferecer em termos de felicidades interiores e quais são as condições pessoais que ela pressupõe junto àquele que se dedica a ela?

Ela confere, de início, sentimento de poder. A consciência de estar influenciando pessoas, de possuir um

parcela de poder sobre elas, mas antes de tudo o sentimento de ter nas mãos o feixe nervoso de um acontecimento historicamente importante: é isso que consegue elevar o político vocacional acima do cotidiano, mesmo em posições formalmente modestas. A questão que lhe concerne, porém, é, então, a seguinte: por meio de que qualidades ele pode ajudar a fazer frente a esse poder (por mais estreitamente circunscrito que ele se mostre no caso particular) e mesmo à responsabilidade que tal poder coloca sobre ele? Com isso, entramos no terreno de questões éticas; pois é a esse terreno que pertence ao problema: que tipo de homem precisa estar em questão para que ele possa colocar sua mão nos raios da roda da história?

Pode-se dizer que três qualidades decidem preponderantemente em favor do político: paixão, sentimento de responsabilidade e acuidade visual. *Paixão* no sentido de *objetividade*: dedicação apaixonada a uma “coisa”, ao deus ou ao demônio, que é seu senhor. Não no sentido daquela conduta interior, que meu finado amigo Georg Simmel costumava designar como “excitação estéril”, tal como ela é própria antes de tudo a intelectuais russos (não naturalmente a todos eles!), e que agora, nesse carnaval que se adorna com o nome pomposo de uma “revolução”, desempenha um papel tão grande mesmo em meio aos nossos intelectuais — um “Romantismo” que transcorre rumo ao vazio “daquele que tem um interesse intelectual” sem todo o sentimento material de responsabilidade. Pois essa paixão não tem nada em comum, naturalmente, com a mera paixão, por mais autenticamente que ela venha a ser experimentada. Ela não transforma alguém em político quando, como um serviço devotado a uma “coisa”, ela não transforma também a *responsabilidade* na estrela guia do agir em face justamente dessa coisa. E, para tanto, carece-se — e essa é a qualidade psicológica decisiva do político — da *acuidade visual*, da capacidade de deixar as realidades atuarem sobre si com uma concentração e uma

tranquilidade interiores, ou seja, carece-se da *distância* em relação às coisas e aos homens. “Ausência de distância” é, puramente enquanto tal, um dos pecados mortais de todos os políticos e uma daquelas qualidades cujo cultivo junto à nova geração a condena necessariamente à incapacidade política. Pois o problema é justamente: como é que podem ser forçadas a se manterem reunidas na mesma alma uma ardente paixão e uma fria acuidade visual? A política é feita com a cabeça, não com outras partes do corpo ou da alma. E, contudo, a devoção a ela — quando ela não se mostra como um frívolo jogo intelectual, mas deve ser um agir humanamente autêntico — só pode vir a nascer e a ser degustada por paixão. Aquele forte controle da alma, contudo, que distingue o político apaixonado e que o diferencia dos meros diletantes políticos “excitados de maneira estéril”, não é possível senão por meio do hábito da distância — naquele sentido acima citado da palavra. A “força” de uma “personalidade” política significa em primeiríssima linha a posse dessas qualidades.

O político, por isso, tem de superar em si diariamente e mesmo hora a hora um inimigo completamente trivial, demasiadamente humano: a *vaidade* completamente comum, a inimiga mortal de toda dedicação substancial e de toda distância, nesse caso, da distância em face de si mesmo.

A vaidade é uma propriedade muito difundida e talvez ninguém esteja completamente livre dela. Em círculos acadêmicos e eruditos, além disto, ela é uma espécie de mal da profissão. Precisamente junto aos eruditos, porém, por mais antipaticamente que ela possa se manifestar, ela é relativamente inofensiva, no sentido de que ela não perturba normalmente o funcionamento científico. A coisa, no entanto, é completamente diversa no caso do político. O político trabalha com a aspiração ao poder como um meio inevitável. “Instinto de poder” — como as pessoas costumam se expressar — pertence, por isso, de fato às suas qualidades normais. O pecado em relação ao espírito santo

de sua vocação, contudo, começa lá onde essa aspiração ao poder se *desarticula do elemento material* e se transforma em um objeto de uma autointoxicação puramente pessoal, ao invés de se apresentar única e exclusivamente a serviço da “coisa”. Pois só há em última instância dois tipos de pecados mortais no campo da política: falta de objetividade e — com frequência, mas não sempre, idêntica a ela — irresponsabilidade. A vaidade, a necessidade de se tornar o máximo possível visível no primeiro plano, faz com que o político caia da maneira mais intensa possível na tentação de cometer um dos dois ou os dois pecados capitais acima citados. E isso tanto mais, uma vez que o demagogo tem de contar com um “efeito” — ele corre justamente por causa disso constantemente o perigo tanto de se tornar ator, quanto o de tomar de maneira leviana a responsabilidade pelas consequências de seu fazer, não perguntando senão sobre a “impressão” que esse fazer produz. Sua falta de objetividade torna por um lado natural para ele aspirar à aparência brilhante do poder, ao invés de almejar o poder real e efetivo. Sua irresponsabilidade, por outro lado, faz com que ele goze do poder em função dele mesmo, sem uma finalidade dotada de conteúdo. Pois apesar de, ou muito mais precisamente *porque*, o poder ser o meio inevitável de aspiração ao poder, por isso, uma das forças impulsionadoras da política, não há nenhuma desfiguração mais degradante da força política do que a fanfarronice dos arrivistas com o poder e a vã autorreflexão no sentido do poder, em geral toda e qualquer veneração do poder puramente enquanto tal. O mero “político do poder”, que um culto empreendido de maneira fervorosa também na Alemanha busca transfigurar, pode provocar um efeito intenso: todavia, ele atua de fato sobre o vazio e o sem sentido. Nisso, os críticos da “política do poder” têm completa razão. Nós podemos vivenciar junto ao repentino colapso dos suportes típicos dessa atitude que fraqueza interior e que impotência não se escondem por

detrás desse gesto empolado, mas completamente vazio. Ele é o produto de um caráter *blasé* precário e superficial em face do *sentido* do agir humano, caráter esse que não tem absolutamente nenhum parentesco com o saber em torno da tragicidade, com a qual todo fazer, antes de tudo, porém, o fazer político, se encontra em verdade entrelaçado.

É inteiramente verdadeiro e um fato fundamental de toda a história — que não temos agora como fundamentar mais detidamente — que o resultado final do agir político com frequência, não, de maneira francamente regular, se encontre em uma completa inadequação, muitas vezes em uma relação de franco paradoxo com o seu sentido originário. Por isto, porém, esse sentido, o serviço prestado a uma coisa, não pode de qualquer modo faltar, se é que o agir deve ter uma base interior. Trata-se, contudo, de uma questão de fé saber como é que precisa se mostrar a coisa em cujo serviço o político aspira ao poder e emprega o poder. Ele pode servir a metas nacionais ou humanas, sociais e éticas ou culturais, intramundanas ou religiosas, ele pode ser suportado por uma forte crença no “progresso” — sem que precisemos levar em conta em que sentido esse progresso é pensado — ou mesmo recusar friamente esse tipo de crença, ele pode pretender se achar a serviço de uma “ideia” ou querer servir, a partir de uma recusa principal a essa pretensão, às metas externas da vida cotidiana — uma crença sempre precisa se fazer *presente* aí. Se essa crença não se faz presente, então pesa de fato — isso é completamente certo — sobre a ação a maldição de uma nulidade da criatura mesmo com vistas aos êxitos políticos externamente mais intensos.

Com o que dissemos acima, já estamos tratando do último problema que nos dirá respeito hoje à noite: o problema do *ethos* da política enquanto “questão”. Que vocação ela pode preencher por si mesma, abstraindo-se completamente de suas metas, ou seja, que vocação ela pode ter no interior da economia ética conjunta da condução da

vida? Qual é, por assim dizer, o lugar ético no qual ela está domiciliada? Nesse caso, visões de mundo derradeiras se chocam naturalmente umas com as outras, entre as quais, por fim, *precisam* ser feitas escolhas. Sigamos uma vez mais de maneira resoluta na direção do problema recentemente desdobrado uma vez mais — segundo o meu modo de ver de maneira bastante equivocada.

Libertemo-nos, porém, de início de uma falsificação completamente trivial. É possível que a ética entre em cena a princípio precisamente na medida em que assume um papel ético extremamente fatal. Consideremos alguns exemplos. Os senhores raramente se depararão com a situação na qual um homem, cujo amor se desloca de uma mulher para outra, não sinta a necessidade de legitimar essa mudança perante si mesmo, dizendo: “ela não era digna de meu amor”, ou “ela me enganou”, ou alguma outra razão desse gênero. Uma falta de cavalheirismo que, em face do destino puro e simples de que ele não ama mais a primeira mulher e de que ela precisa suportar isso, cria para si também com uma profunda falta de cavalheirismo uma “legitimidade”, por força da qual ele requisita para si um direito e, em relação à infelicidade, procura jogar a injustiça sobre ela. É exatamente desse modo também que o concorrente erótico exitoso procede: o adversário precisa ser menos valoroso, se não esse concorrente não seria inferior a ele. Ora, mas não há nesse caso nada mais óbvio do que, depois de uma batalha qualquer vitoriosa, o vencedor pretender com uma arrogância indigna o seguinte: “eu venci, logo eu tinha razão”. Ou, quando alguém sob os horrores da guerra entra em um colapso psíquico e, então, ao invés de dizer simplesmente “foi realmente demais”, sente agora a necessidade de legitimar o seu cansaço em relação à guerra perante si mesmo, na medida em que procura uma compensação para a sensação de que ele não poderia suportar essa guerra porque estava precisando lutar por uma causa eticamente reprovável. E o mesmo vale para

aqueles que são vencidos na guerra. Ao invés de, segundo um velho modo de agir das mulheres, buscar o “culpado” depois da guerra — lá onde a estrutura da sociedade é que gerou a guerra —, toda e qualquer postura viril e rude dirá ao inimigo: “Nós perdemos a guerra — vós a ganhastes. Tudo está resolvido: conversemos, então, agora sobre as consequências que precisam ser retiradas de maneira correspondente aos interesses *materiais* que estavam em jogo e — a questão principal — em face da responsabilidade diante do *futuro*, que pesa antes de tudo sobre o vencedor”. Cada novo documento que vem à tona depois de décadas atiza uma vez mais a choradeira, o ódio e a ira, ao invés de enterrar a guerra ao menos *eticamente* depois de seu fim. Isso só é possível por meio de objetividade e de cavalheirismo, antes de tudo apenas por meio de *dignidade*. Nunca, porém, por meio de uma “ética”, que significa, em verdade, uma indignidade para os dois lados. Ao invés de se preocupar com o que diz respeito aos políticos — o futuro e a responsabilidade diante do futuro —, ela se ocupa com questões politicamente estéreis, porque insolúveis, sobre a culpa no passado. Fazer isso é que se mostra como culpa política, se é que há tal culpa. Além disso, desconsidera-se aí a falsificação inevitável de todo o problema por meio de interesses muito materiais: interesses do vencedor no ganho mais elevado possível — moral e material —, esperanças dos vencidos de negociar e alcançar vantagens por meio da confissão da culpa. Se há alguma coisa que é “canhestra”, então isso, e isso é a consequência desse tipo de utilização da “ética” como meio para “ter razão”.

Como é que as coisas se encontram, porém, no caso da relação real e efetiva entre ética e política? Será que as duas, como se afirmou vez por outra, não possuem nada em comum uma com a outra? Ou será que o contrário é que é verdadeiro, que “a mesma” ética é válida para a ação política tanto quanto para qualquer outra ação? Acreditou-se por vezes que haveria entre essas duas afirmações uma

alternativa excludente; ou bem uma ou bem a outra seria correta. Mas será verdadeiro afirmar que, para relações eróticas, familiares e oficiais, para as relações com a esposa, com a verdureira, com o filho, com os concorrentes, com o amigo ou com o acusado podem ser apresentadas as *mesmas* mensagens em termos de conteúdo de uma ética qualquer do mundo? Será que deveria de fato ser tão indiferente para as exigências éticas feitas à política que essa trabalhasse com um meio bastante específico: poder, por detrás do qual se encontra sempre a *violência*? Não vemos que os ideólogos bolchevistas e espartaquistas, precisamente porque eles empregam esses meios, produzem exatamente os *mesmos* resultados que qualquer ditador militar? Por meio do que, senão por meio justamente da pessoa do detentor do poder e de seu diletantismo, se diferencia o domínio dos conselhos de trabalhadores e de soldados de um detentor qualquer do poder do antigo regime? Em que a polêmica da maioria dos próprios representantes da suposta nova ética contra os adversários por eles criticados se distingue da polêmica de outros demagogos quaisquer? Dir-se-á: por meio de sua nobre intenção! Mas o que está em questão aqui são os meios, e os adversários combatidos também pretendem do mesmo modo com uma plena sinceridade subjetiva que suas intenções últimas são nobres. “Quem com ferro fere com ferro será ferido”, e luta é sempre luta. Ou seja: — a ética do *Sermão da Montanha*? Com o sermão da montanha — o que se tem em vista, no entanto, é a absoluta ética do Evangelho — tem-se uma questão mais séria do que aquela em que acreditam aqueles que gostam hoje de citar essa mensagem. Não se deve brincar com ela. É válido para ela o que se disse sobre a causalidade na ciência: ela não é nenhum fiacre, que se pode deixar parado por aí, para entrar ou sair ao seu bel prazer. Ao contrário: tudo *ou* nada, esse é o seu sentido, se é que algo além de trivialidades deve vir à tona a partir daí. É isso, por exemplo, que nos diz o rico jovenzinho: “ele, porém, se afastou triste

daí, pois tinha muitos bens”. A mensagem do Evangelho é incondicional e inequívoca: entrega o que tu tens — *tudo*, absolutamente tudo. O político dirá: uma suposição socialmente sem sentido, enquanto ela não for imposta a todos. Ou seja, tributação, espoliação por meio do aumento de impostos, confisco — em uma palavra: coerção e ordem em relação a todos. A mensagem ética, contudo, *não* se pergunta *de maneira alguma* sobre isso, essa é sua essência. Ou: “oferece a outra face!” Incondicionadamente, sem perguntar em que medida cabe ao outro bater. Uma ética da ausência de dignidade — além disso: para um santo. Esse é o ponto: é preciso ser um santo em *tudo*, ao menos segundo o querer, é preciso viver como Jesus, como o apóstolo, como São Francisco e os seus iguais, *então* essa ética faz sentido e se mostra como expressão de dignidade. *De outro modo* não. Pois se nos deparamos com a seguinte formulação em consequência da ética acosmística do amor: “é preciso não resistir ao mal com violência” — então vale para o político a sentença inversa: tu *deves* resistir violentamente ao mal, senão tu serás *responsável* pelo seu aumento excessivo. Quem quer agir segundo a ética do evangelho precisa se subtrair às greves — pois elas significam coerção — e deve entrar, então, para os sindicatos patronais. Antes de tudo, porém, ele não pode falar em “revolução”. Pois aquela ética não quer ensinar que precisamente a guerra civil seria a única guerra legítima. O pacifista que age segundo o Evangelho recusará ou jogará fora as armas, tal como foi aconselhado na Alemanha, como um dever ético; para por um fim à guerra e, com isso, a todas as guerras. O político dirá: o único meio seguro de desacreditar a guerra por todos os tempos *até onde alcança nossa visão* teria sido uma paz do *status quo* — o que agora não é possível. Assim, os povos teriam se perguntado: “Para que houve a guerra”? Ela teria sido levada *ad absurdum* — o que agora não é possível. Pois para os vencedores — ao menos para uma parte deles — ela será politicamente rentável. E responsável por isso é

aquele comportamento que tornou impossível para nós toda resistência. Agora, porém, quando a época de fadiga tiver passado, *será a paz que terá sido desacreditada, não a guerra* — uma consequência da ética absoluta.

Finalmente, o compromisso com a verdade. Ele é incondicionado para a ética absoluta. Portanto, concluiu-se: é preciso buscar a publicação de tudo, principalmente dos documentos que pesam sobre o próprio país e, com base nessa publicação unilateral, realizar uma confissão de culpa unilateral, incondicional, sem levar em consideração as consequências. O político deparar-se-á com o fato de que, no sucesso, por meio daí, a verdade não é fomentada, mas que ela é seguramente obscurecida pelo abuso e pelo desencadeamento da paixão; com o fato de que só uma constatação por toda parte planejada e isenta poderia trazer frutos, de que qualquer outro procedimento pode ter consequências para a nação que se comporta assim, consequências essas que não têm como ser reparadas. Justamente a ética absoluta, porém, não *pergunta* sobre “consequências”.

Aqui reside o ponto decisivo. Nós precisamos ter clareza quanto ao fato de que todo agir eticamente orientado pode se encontrar sob duas máximas opostas fundamentalmente diversas: ele pode estar orientado por uma “ética da convicção” ou por uma “ética da responsabilidade”. Não que uma convicção ética seria idêntica a uma ausência de responsabilidade, e que uma ética da responsabilidade seria o mesmo que uma ausência de mentalidade. Não se está falando naturalmente sobre isso. Mas trata-se de uma oposição abissal saber se agimos de acordo com uma máxima ligada a uma convicção ética — dito de maneira religiosa: “o Cristo age de maneira correta e entrega o sucesso da ação nas mãos de Deus”, ou se, sob o domínio da máxima da ética da responsabilidade, temos de assumir o peso de nossas ações. Por mais convincentes que os senhores possam ser ao apresentar a um sindicalista

marcado por uma convicção ética que as consequências de seu agir implicarão a elevação das chances de reação, a repressão mais intensa de sua classe, a obstrução de sua ascensão — isso não o impressionará de modo algum. Se as consequências de uma ação que flui a partir de uma pura convicção são ruins, então não é o agente que é considerado responsável por isso, mas o mundo, a estupidez dos outros homens ou a vontade do Deus que os criou assim. O ético da responsabilidade, em contrapartida, conta justamente com aqueles defeitos medianos dos homens — ele não tem, como Fichte disse corretamente, nenhum direito de pressupor seus bens e sua perfeição, ele não se sente em condições de lançar sobre os outros as consequências do próprio fazer, até o ponto em que ele as pode prever. Ele dirá: “essas consequências cabem ao meu fazer”. O portador da convicção ética se sente responsável apenas pelo fato de que a chama da pura mentalidade, a chama, por exemplo, do protesto contra a injustiça da ordem social, não pode se apagar. Acendê-la sempre uma vez mais é a finalidade de seus atos completamente irracionais, julgados a partir do sucesso possível, dos atos que só podem e devem ter um valor exemplar.

Mas o problema também não chegou ainda ao fim com isso. Nenhuma ética do mundo consegue contornar o fato de que atingir “bons” fins em inúmeros casos está ligado a que se aceite concomitantemente os meios eticamente graves ou no mínimo perigosos, e a possibilidade ou mesmo a probabilidade de efeitos colaterais ruins; e nenhuma ética do mundo pode revelar quando e em que abrangência a finalidade eticamente boa “santifica” os meios e os efeitos colaterais eticamente perigosos.

Para a política, o meio decisivo é a violência; e o quão grande é, visto eticamente, a amplitude da tensão entre meio e fim, os senhores podem deduzir do fato de que, como todos sabem, os socialistas revolucionários (da corrente de Zimmerwalder), já durante a guerra, tinham

assumido o princípio que se poderia formular de maneira expressa da seguinte forma: "se nós nos encontramos diante da escolha entre termos ainda alguns anos de guerra e, então, a revolução, ou alcançarmos agora a paz e nenhuma revolução, então continuamos escolhendo ainda alguns anos de guerra!" À outra questão: "O que essa revolução poderá trazer consigo?", todo socialista cientificamente formado responderia: que não se estaria falando de maneira alguma sobre uma transição para uma economia que poderia ser denominada socialista no *seu* sentido, mas que surgiria justamente uma vez mais uma economia burguesa, que apenas poderia eliminar elementos feudais e resíduos dinásticos. Em função desse resultado modesto, portanto: "ainda alguns anos de guerra!", poder-se-ia dizer de qualquer modo muito bem que mesmo nesse caso, tendo em vista uma convicção socialista muito firme, se poderia recusar a finalidade que um meio desse gênero exige. No bolchevismo e no espartaquismo, em geral em todo e qualquer tipo de socialismo revolucionário, contudo, a coisa se encontra exatamente assim, e é naturalmente mais do que ridículo quando vemos os "políticos da violência" serem *eticamente* reprovados por essas correntes por causa da aplicação dos mesmos meios — por mais inteiramente justificada que seja a rejeição de suas *metas*.

Aqui, junto a esse problema da justificação dos meios pelo fim, também parece fracassar, então, a ética da convicção em geral. E, de fato, ela só tem a possibilidade de *rejeitar* toda e qualquer ação que empregue um meio eticamente perigoso. Logicamente. No mundo das realidades, sempre fazemos naturalmente uma vez mais a experiência de que o ético da responsabilidade repentinamente se converte no profeta quiliástico, de que, por exemplo, aqueles justamente que pregaram o "amor contra a violência" são conclamados no instante seguinte a usar da violência — são chamados para a *derradeira* violência, que, então, traria o estado da aniquilação *de todas* as violências — tal como

os nossos militares diziam aos soldados em cada ofensiva: "essa será a última ofensiva, ela trará a vitória e, então, a paz". O ético da convicção não suporta a irracionalidade ética do mundo. Ele é um "racionalista" cósmico e ético. Os senhores com certeza se lembram, todos entre os senhores que conhecem Dostoiévski, da cena com o grande inquisidor, onde o problema é explicitado de maneira pertinente. Não é possível colocar sob um mesmo teto a ética da convicção e a ética da responsabilidade, ou decretar eticamente "que fim deveria justificar *que meios*", quando se faz a esse princípio em geral concessões quaisquer.

O meu colega F. W. Förster, muito estimado pessoalmente por mim pela pureza indubitável de sua atitude e de sua mentalidade, mas por mim também do mesmo modo incondicionadamente recusado como político, acredita ter contornado em seu livro essa dificuldade por meio da tese simples: a partir do bem só pode surgir o bem, da mesma forma que do mal só pode emergir o mal. Assim, deixa de existir naturalmente toda essa problemática. É de qualquer modo espantoso que 2.500 anos depois dos Upanixades tal tese ainda tenha podido ver a luz do sol. Não apenas todo o transcurso da história do mundo, mas toda e qualquer comprovação da experiência cotidiana diz, de fato, o contrário. O desenvolvimento de todas as religiões da terra se baseia, sim, sobre o fato de que o oposto é o verdadeiro. O problema arcaico originário da teodiceia é a questão: como é que se chega ao ponto de um poder, que é exposto ao mesmo tempo como onipotente e benevolente, ter podido criar um mundo a tal ponto irracional, marcado pelo sofrimento imerecido, pela injustiça que permanece sem ser punida e pela estupidez impassível de ser aprimorada? Ou bem esse poder não é onipotente, ou bem ele não é benevolente; ou então estão no governo da vida princípios completamente diversos de equilíbrio e de reparação, princípios tais que podemos interpretar metafisicamente ou mesmo tais que se subtraem para sempre

à nossa interpretação. Esse problema, a experiência da irracionalidade do mundo, foi de fato a força impulsora de todo o desenvolvimento da religião. A doutrina indiana do carma e o dualismo persa, o pecado original, a predestinação e o *Deus absconditus* cresceram todos a partir dessa experiência. Mesmo os antigos cristãos sabiam muito bem que o mundo seria governado por demônios, que quem se mistura com poder e violência como meios firma um pacto com poderes diabólicos e que não é verdade no que concerne à sua ação o fato de só poder surgir do bem o bem, assim como do mal o mal, mas com frequência o contrário. Quem não consegue ver isso é, em termos políticos, efetivamente infantil.

A ética religiosa lidou de maneira diversa com o fato de estarmos inseridos em ordens vitais diferentes, que se encontram sob leis distintas entre si. O politeísmo helênico fazia sacrifícios tanto a Afrodite quanto a Hera, tanto a Dioniso quanto a Apolo, assim como sabia que esses deuses se achavam não raramente em litígio. A ordem vital hinduísta transformou cada uma das profissões diversas em objeto de uma lei ética particular, de um drama, cindindo-as umas das outras para sempre, segundo uma ordem de castas, colocando-as aí em uma posição hierárquica fixa, da qual não havia, para os que tinham nascido nessa posição, nenhuma possibilidade de libertação, a não ser o renascimento na próxima vida, e estabelecendo-os por meio daí em uma distância diversa em termos de grandeza em relação aos bens religiosos da salvação. Assim, era possível para ela construir o darma de cada casta em particular, desde os ascetas e brâmanes até os patifes e as prostitutas, de maneira correspondente às leis próprias imanentes da profissão. Entre essas profissões também estavam a guerra e a política. A inserção da guerra na ordem conjunta das ordenações vitais pode ser encontrada pelos senhores no Bhagavad Gita, no diálogo entre Krishna e Arjuna. "Faça o necessário" — ou seja,

aquilo que cabe por dever ao darma, à casta de guerreiros e às regras, correspondendo à finalidade da guerra de maneira materialmente necessária. A "obra" não é capaz de prejudicar, segundo essa crença, a salvação religiosa, mas antes serve a ela. O céu de Indras era destinado desde sempre ao guerreiro indiano quando ele tinha uma morte heroica, de modo exatamente tão certo quanto a Valhala alemã. O herói indiano, porém, teria desprezado tanto o Nirvana quanto o germano teria desdenhado do paraíso cristão com os seus coros de anjos. Essa especialização possibilitou à ética indiana um tratamento completamente coeso dessa arte imperial, que só segue as próprias leis da política, sim, que eleva radicalmente essas leis. O "maquiavelismo" efetivamente radical no sentido popular dessa palavra foi defendido classicamente na literatura indiana no Kautaliya Arthashastra (em um período muito anterior ao cristão, supostamente no período Chandragupta); em contrapartida, *O príncipe de Maquiavel* é inofensivo. Na ética católica, da qual o professor Förster está bem próximo, são conhecidas as *consilia evangelica*, uma ética particular para os agraciados com o carisma da vida sagrada. Aí se encontra ao lado do monge, que não tem o direito de verter nenhum sangue e que não pode buscar nenhuma posse, o cavaleiro e o cidadão castos, que podem respectivamente verter o sangue e adquirir posses. O nivelamento da ética e sua inserção em um organismo da doutrina da salvação é menos consequente do que na Índia; e também devia e precisava ser menos consequente de acordo com os pressupostos da fé cristã. A degradação do mundo causada pelo pecado original permite uma inserção relativamente fácil da violência na ética enquanto meio de cultivo contra o pecado e contra os hereges que colocam a alma em perigo. As exigências feitas no Sermão da Montanha, porém, exigências acosmísticas estabelecidas puramente em termos de uma ética da convicção, implicam um direito natural religioso

que se baseia em imperativos absolutos. Esses imperativos absolutos mantiveram a sua força revolucionária e vieram à tona em quase todos os tempos de abalo social com um ímpeto elementar. Eles criaram em particular as seitas radicalmente pacifistas, dentre as quais se encontra aquela que realizou na Pensilvânia o experimento de um sistema público que renunciou à violência em suas relações com o exterior — um experimento trágico em seu transcurso, na medida em que os Quackers, logo que irrompeu a guerra de independência, não puderam defender com armas os ideais que eles representavam. Normalmente, em contrapartida, o protestantismo legitimou de maneira absoluta o Estado, ou seja, o meio da violência enquanto instituição divina, legitimando também, em particular, o Estado autoritário. Lutero retirou a responsabilidade ética pela guerra do particular e o transferiu para a autoridade. Obedecer à autoridade em outras questões para além das questões de fé nunca podia constituir culpa. O calvinismo, por sua vez, conhecia por princípio a violência enquanto meio de defesa da fé, ou seja, a guerra santa, que se mostrou desde o início no Islã como um elemento vital. Vê-se: não é de maneira alguma a descrença moderna, nascida do culto aos heróis no interior do Renascimento, que levantou o problema da ética política. Todas as religiões lutaram contra isso, com um sucesso extremamente diferente — e, segundo o que dissemos, as coisas não podiam ter sido diversas. Foi o meio específico da *violência legítima*, que se encontra completamente nas mãos de associações humanas, aquilo que condicionou a particularidade de todos os problemas éticos da política.

Quem quer que tenha compactuado com esse meio, independentemente dos fins que tenha perseguido — e todo político faz isso —, está exposto às suas consequências específicas. Em um grau particularmente elevado — isso é válido para o guerreiro da fé, o religioso tanto quanto o revolucionário. Tomemos confiantemente o presente como

exemplo. Quem quiser produzir na terra a justiça absoluta por meio da *violência* carece para tanto de um séquito: da “máquina” humana. Ele precisa prometer a essa máquina prêmios internos e externos — uma remuneração celeste e terrena, senão ela não funciona. Ou seja, prêmios internos: sob a condição da luta de classes moderna, a satisfação do ódio e da sede de vingança, sobretudo do ressentimento e da necessidade de uma apologia pseudoética segundo a pressuposição de que se tem sempre razão, em suma, uma satisfação da necessidade de acusação dos adversários de blasfêmia e de heresia. Prêmios externos: aventura, vitória, presas, poder e prebendas. O líder em seu sucesso é completamente dependente do funcionamento desse seu aparato. Por isso, ele também é dependente dos motivos *desse* aparato — não dos seus próprios motivos. Do fato, portanto, de se poder garantir ao séquito, à guarda vermelha, aos espíões, aos agitadores, dos quais se carece, esses prêmios *de uma maneira duradoura*. O que ele efetivamente alcança sob tais condições de sua atuação não se encontra, por isso, em suas mãos, mas lhe é por assim dizer prescrito por meio daqueles motivos preponderantemente comuns, quando vistos em termos éticos, da ação de seu séquito, que só pode ser mantido sob controle se uma crença sincera em sua pessoa e em sua causa animar ao menos uma parte do grupo: ainda que, muito provavelmente, jamais se chegue na terra à maioria. Mas essa crença, em verdade, mesmo onde ela é subjetivamente sincera, não se mostra apenas na maior parte dos casos tão somente como a “legitimação” ética da busca por vingança, poder, presas e prebendas: não podemos nos deixar iludir quanto a isso por meio de discursos, pois a interpretação materialista da história também não é um fiacre que se encontra parado para qualquer um a qualquer hora entrar e não se detém diante dos promotores das revoluções! Ao contrário, é antes de tudo o *cotidiano* tradicionalista que surge depois da revolução emocional, o herói da fé e, sobretudo, a fé

mesma desaparecem ou se tornam — o que é ainda mais eficaz — um componente da fraseologia convencional dos filisteus e dos técnicos políticos. Esse desenvolvimento realiza-se de maneira particularmente rápida junto à luta pela fé, porque ela costuma ser dirigida ou inspirada por líderes *autênticos*: por profetas da revolução. Pois tal como acontece em todo e qualquer aparato de liderança, aqui também o esvaziamento e a materialização, a proletarização psíquica com vistas ao interesse da “disciplina”, se mostram como uma das condições do sucesso. Por isto, o séquito de um guerreiro da fé que se tornou dominante costuma se degenerar facilmente e se transformar em uma camada completamente habitual de concessionários de prebendas.

Quem quer empreender a política em geral, assim como antes de tudo a política enquanto vocação, precisa estar consciente daqueles paradoxos éticos e de sua responsabilidade por aquilo que pode surgir a partir *dele mesmo* sob a pressão desses paradoxos. Ele precisa se meter, repito, com os poderes diabólicos, que estão à espreita em todo e qualquer ato de violência. Os grandes virtuosos do amor acosmístico ao homem e dos bens, quer eles venham de Nazaré ou de Assis ou mesmo de castelos imperiais indianos, jamais trabalharam com o meio político, com a violência; seu reino “não” era “desse mundo”, e, contudo, eles atuaram e continuam atuando sobre esse mundo. Ao mesmo tempo, as figuras de Platão, de Karatajev e dos santos de Dostoievski continuam sendo sempre as suas reconstruções mais adequadas. Quem busca a salvação de sua alma e o resgate de outras almas não o busca por meio da política, que tem tarefas completamente diversas: tarefas tais que só podem ser resolvidas por intermédio da violência. O gênio ou o demônio da política vivem em uma tensão interna com o deus do amor, mesmo com o Deus cristão em sua cunhagem eclesiástica, tensão essa que pode irromper a qualquer momento em um conflito irreconciliável. Era isso que sabiam os homens mesmo

nos tempos de domínio da Igreja. Sempre surgia uma vez mais a interdição papal — e isso significava outrora um poder muito mais sólido para os homens e para a salvação de suas almas do que a “fria aprovação” (para falar como Fichte) oriunda do juízo kantiano. Em Florença, porém, os cidadãos lutaram contra o Estado eclesiástico. E no que concerne a tais situações, Maquiavel, em uma bela passagem, se não me engano, das histórias florentinas, faz com que um de seus heróis elogie aqueles cidadãos, para os quais a grandeza da cidade pátria se encontrava em uma posição mais elevada do que a salvação de sua alma.

Se os senhores disserem o “futuro do socialismo” ou mesmo a “satisfação internacional” ao invés de a “cidade natal” ou a “terra pátria” (o que por agora talvez não tenha um valor inequívoco para qualquer um), então os senhores terão diante de si o problema tal como ele agora se apresenta. Pois tudo aquilo que, almejado pela ação *política*, trabalha com meios violentos e pela via da ética da responsabilidade coloca em perigo a “salvação da alma”. Quando ele é perseguido, contudo, com uma pura ética da convicção em meio a uma guerra santa, então ele pode sofrer danos e ser desacreditado por gerações, porque falta aí a responsabilidade pelas *consequências*. Pois, nesse caso, aqueles poderes diabólicos, que estão em jogo, permanecem inconscientes para o agente. Eles são inexoráveis e criam consequências para a sua ação, mesmo para ele próprio internamente, consequências essas às quais ele se encontra entregue desamparadamente, quando ele não as vê. “O Diabo é velho”. E não se tem em vista nessa sentença os anos, a idade de vida: “assim, torna-te velho para compreendê-lo”. Nunca permiti que alguém me intimidasse em discussões por meio da indicação de uma data em uma certidão de nascimento, mas o mero fato de que alguém tem vinte anos, enquanto eu tenho mais de cinquenta, também não pode me levar finalmente a achar que isso por si só seria uma realização diante da qual eu deveria morrer de

devoção. O que importa não é a idade, mas, com certeza, a intransigência cultivada do olhar para as realidades da vida e a capacidade de suportá-las e de fazer frente a elas internamente.

Em verdade, a política é feita claramente com a cabeça, mas com toda certeza também não apenas com a cabeça. Nesse ponto, os éticos da convicção têm inteira razão. Nunca podemos fazer prescrições, contudo, sobre se *devemos* agir como éticos da convicção ou como éticos da responsabilidade, nem tampouco sobre quando devemos agir de um modo e de outro. A única coisa que podemos dizer é: se alguém agora nestes tempos que, tal como os senhores acreditam, não se mostram como tempos de uma excitação “estéril” — excitação não é de qualquer modo, nem significa sempre o mesmo que uma paixão autêntica; se os políticos marcados por uma mentalidade específica alardearem *de repente* aos quatro ventos a frase: “o mundo é estúpido e vulgar, não eu; a responsabilidade pelas consequências não me concerne, mas concerne apenas aos outros, para os quais trabalho, e cuja estupidez ou vulgaridade busco eliminar”, então direi abertamente que gostaria em primeiro lugar de perguntar a eles sobre a medida do seu *peso normativo interior*, desse peso que se encontra por detrás da ética da convicção e que causa em mim a impressão de eu estar lidando aí a cada nove de dez casos com cabeças ocas, que não sentem realmente o que eles acolhem em si, mas que se embriagam com sensações românticas. Isso não me interessa muito em termos humanos e também não me abala minimamente. Por outro lado, é imensamente perturbador quando um homem *maduro* — sem levar em conta se ele é jovem ou velho em termos de idade —, que sente realmente com toda a sua alma essa responsabilidade pelas consequências e que age de acordo com a ética da responsabilidade, diz em um momento qualquer: “não há outra coisa a fazer, é aqui que me encontro”. Isso é algo autenticamente humano

e comovente. Pois essa situação precisa *poder* entrar em algum momento em cena para *cada um* de nós, caso não estejamos interiormente mortos. Nesse sentido, a ética da convicção e a ética da responsabilidade não apontam para uma oposição absoluta, mas para complementos que só constituem juntos o homem autêntico, aquele homem que *pode* ter a “vocação para a política”.

E, então, caríssimos presentes, gostaríamos de falar agora, *dez anos depois*, uma vez mais sobre esse ponto. Se, como infelizmente preciso temer que seja o caso, por toda uma série de razões, o momento da reação já tiver passado há muito tempo e só poucas coisas tiverem sido realizadas, ainda que talvez não precisamente nada; se, ao menos segundo a aparência, pouco tiver sido realizado daquilo que certamente muitos dos senhores e, como admito abertamente, eu também desejamos e esperamos — isso, é muito provável, não me destruirá, mas se trata naturalmente de um peso interior saber que isso aconteceu —, então gostaria de qualquer modo de ver o que, no sentido íntimo da expressão, “foi feito” dos senhores que agora se sentem como autênticos “políticos da convicção” e que participam da embriaguês que significa essa revolução. Seria muito bom se as coisas se mostrassem como se o soneto 102 de Shakespeare tivesse se tornado vigente:

Estavam verdes outrora a primavera e nosso amor,
Assim, os cumprimentava todo dia com meu canto puro,
Qual entoa o rouxinol o começo do verão e do calor
Cessando a flauta na batida de um tempo mais maduro.²⁵

²⁵ O original em inglês nos diz: “Our love was new, and then but in the spring,/ When I was wont to greet it with my lays;/ As Philomel in summer’s front doth sing,/ And stops her pipe in growth of riper days”. (N.T.)

Mas as coisas não se deram assim. Não é o florescimento do verão que se encontra diante de nós, mas de início a noite polar de trevas e de durezas férreas, por mais diversos que possam ser os grupos que agora cheguem ao poder. Pois: onde não há nada, não é apenas o imperador, mas também o proletariado que perde o seu direito. Se essa noite lentamente ceder, quem é que, dentre aqueles para os quais a primavera tinha florescido de maneira tão frondosa, ainda estará vivo? E o que terá sido feito deles em seu interior? Amargura ou farisaísmo, simples acolhimento, embrutecido do mundo e da vocação ou, em terceiro lugar, mas não o mais raro de tudo: uma fuga mística do mundo junto àqueles que têm o dom para tanto ou — com frequência e desagradavelmente — que se apressam para segui-la como moda? Em cada um desses casos retirarei a consequência: esses homens não fizeram frente à sua própria ação, não estiveram à altura do mundo também, tal como ele real e efetivamente é, e de seu cotidiano: no sentido mais íntimo possível, eles não tinham em si objetiva e internamente a vocação para a política, vocação que eles acreditavam ter. Eles teriam feito melhor se tivessem cultivado simplesmente a fraternidade entre os homens e tivessem procurado se dedicar de resto materialmente de modo puro ao trabalho de seu dia a dia.

A política significa um trabalho lento e forte de perfuração de duras madeiras ao mesmo tempo com paixão e acuidade visual. É inteiramente correto dizer, e toda a experiência histórica o confirma, que não se alcançaria o possível se não se tivesse sido movido sempre uma vez mais no mundo pelo impossível. Mas aquele que pode se deixar mover pelo impossível precisa ser um líder e não apenas isso, mas também — em um sentido muito simples — um herói. E mesmo aqueles que não são nem líderes nem heróis precisam se armar com aquela firmeza do coração, que está em condições de fazer frente mesmo ao fracasso de todas as esperanças; e isso já por agora, senão eles não

estarão em condições de impor ainda que apenas o que é hoje possível. Somente quem está seguro de que não será destruído se o mundo, visto a partir de seu ponto de vista, se mostrar como estúpido demais ou como vulgar demais para aquilo que ele lhe quer oferecer; somente quem, em face de tudo isso, consegue dizer “apesar de tudo!”, somente *ele* tem a “vocação” para a política.